

21 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

32 ministros do STJ têm rendimentos acima do teto

Valor em um dos casos chegou a R\$ 64,5 mil em junho,
ante limite de R\$ 26,7 mil fixado pela Constituição

Os 32 ministros em exercício no Superior Tribunal de Justiça (STJ) tiveram rendimentos em junho que superam o teto constitucional de R\$ 26,7 mil, conforme lista divulgada ontem pela Corte no seu site, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação. Na média, o vencimento bruto dos ministros foi de R\$ 37 mil, ou R\$ 29,7 mil líquidos. O STJ informou que a soma inclui vantagens pessoais e eventuais, que não contam para efeito de teto. Mais de cem servidores, pelo mesmo motivo, também ganharam acima do limite. Em seis casos, o contracheque ficou acima de R\$ 50 mil, entre os quais o da corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon: R\$ 62 mil brutos. O campeão do mês foi o ministro Massami Uyeda, com R\$ 64,5 mil. Em todos esses casos, o valor se deveu à antecipação de férias, mais o abono de um terço, segundo explicação do tribunal.

21 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ganhos às claras. Superior Tribunal de Justiça divulga vencimentos de junho dos 32 integrantes da corte e todos têm vencimentos superiores ao teto constitucional, assim como mais de 100 servidores da corte; contracheques são turbinados por benefícios pessoais

Todos os ministros do STJ recebem acima do limite legal de R\$ 26,7 mil

Os 32 ministros em exercício no Superior Tribunal de Justiça tiveram rendimentos no mês de junho superiores ao teto constitucional de R\$ 26,7 mil, conforme a lista salarial divulgada pela corte no seu site ontem, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação.

Na média, o vencimento bruto dos ministros foi de R\$ 37 mil, ou R\$ 29,7 mil líquidos. O tribunal informou que essa soma inclui as vantagens pessoais e eventuais dos ministros, o que, segundo interpretação jurídica de boa parte dos magistrados, não contam para efeito de teto. Mais de 100 servidores do STJ, sob o mesmo argumento de incorporação de bonificações, também ganharam acima do limite constitucional.

A discussão sobre a legalidade de ter rendimentos superiores ao que manda a Constituição – o teto é salário dos ministros do Supremo – ocorre desde que a limitação foi estabelecida, em 2005.

Muitos órgãos do setor público passaram a usar o limite, mas os servidores quase sempre conseguem derrubá-los individualmente por meio de liminares.

No Superior Tribunal de Justiça, em seis casos, o contracheque ficou acima de R\$ 50 mil, entre os quais o da corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, que recebeu R\$ 62 mil brutos.

O campeão do mês foi o ministro Massami Uyeda, com R\$ 64,5 mil. Em todos os casos, o valor alto se deveu à antecipação de férias, mais o abono de um terço a que todo trabalhador tem direito, segundo explicou o tribunal.

Os outros com salário gordo foram Napoleão Maia (R\$ 58 mil), Teori Zavascki (R\$ 58 mil), Antônio Ferreira (R\$ 56 mil) e Ricardo Cueva (R\$ 56 mil).

O STJ foi o terceiro tribunal superior a divulgar a lista nominal de salários de todos os servidores, seguindo o exemplo do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal.

O prazo do CNJ para a Justiça se adequar à lei terminou ontem. Mais de 80% dos tribunais não o cumpriram. Alguns pediram mais prazo, outros recorreram à lei para não divulgar nomes e a grande maioria alegou impossibilidade técnica para cumprir a norma.

No caso do STJ, os menores salários entre os ministros foram pagos a Félix Fischer – R\$ 28,5 mil brutos e R\$ 20,6 mil líquidos – e ao presidente da corte, Ari Pargendler, que ganhou R\$ 30 mil brutos e R\$ 21,9 mil líquidos.

Desde 2010, o STJ já divulgava todos seus gastos em detalhe, inclusive os salariais, mas sem dar os nomes (portanto não era possível saber o salário dos ministros). A alteração foi feita ontem por causa da Lei de Acesso a Infor-

mação e à Resolução 151 do CNJ, que deu prazo até 20 de julho para o Judiciário disponibilizar dados completos na internet.

As informações podem ser acessadas por qualquer pessoa no link “Transparência”, localizado na página inicial do site (www.stj.jus.br). A lista com os rendimentos do tribunal está no item “detalhamento da folha de pagamento de pessoal”.

Penduricalhos. A lei que estabeleceu o teto constitucional não deu especificações sobre uma série de penduricalhos que podem ser incorporados pelos servidores, daí a brecha para que o limite constitucional não seja cumprido. Não incluiu, por exemplo, vantagens pessoais, como doutorado e especialização, nem o abono de permanência, que o servidor recebe quando completa tempo de aposentadoria mas permanece trabalhando.

Se o magistrado ou servidor exerce um cargo público fora, permitido em lei, como o de professor ou membro de conselho, a remuneração adicional também não conta para o teto. Vantagens eventuais, como adiantamento de férias, abono e parcelas de causas trabalhistas, também não contam. Na nova forma de divulgação, os valores apresentados incluem todas as vantagens recebidas, como adicional e/ou adiantamento de férias, adicional de qualificação e 13º salário, que no STJ é dividido em duas parcelas.

CONTINUA

21 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Resistência. A lei que obriga a individualização dos salários de todo o funcionalismo encontra muitas resistências no Poder Judiciário. No Rio, uma liminar obtida pela Associação dos Magistrados do Estado conseguiu na Justiça Federal a suspensão da divulgação dos nomes.

Um balanço feito pelo CNJ e divulgado ontem mostra que só os tribunais superiores se adequaram à norma, à exceção do Superior Tribunal Militar.

Entre os cinco tribunais regionais federais, só o da quinta região colocou seus dados na Internet, isso desde o dia 18 de julho. Entre os 27 tribunais regionais eleitorais, só o do Paraná cumpriu a norma estabelecida na Lei de Acesso à Informação.

CONTINUA

No STF, todos recebem acima do teto constitucional

● Todos os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também recebem salários acima do teto constitucional, que atualmente é de R\$ 26.723,13.

O presidente do tribunal, Ayres Brito, e os ministros Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, Celso de Mello, Luiz Fux e Rosa Weber receberam em maio vencimentos brutos de R\$ 38.570,38. Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello foram aquinhoados

em junho com R\$ 35;630,84.

O Supremo começou a divulgar os salários de seus ministros no dia 29 de junho. No dia 3 de julho, completou a lista com os demais funcionários da corte.

Logo depois, uma liminar suspendeu a divulgação dos vencimentos pela internet. Mas o próprio presidente do STF a derrubou e determinou que todos os salários do Judiciário fossem divulgados, conforme decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em obediência à Lei de Acesso à Informação.

Embora haja duas remunerações entre os ministros do Supremo, os subsídios deles são o mesmo: R\$ 26.723,13, que é

igual ao salário da presidente Dilma Rousseff. Líquidos, os vencimentos dos ministros variam entre R\$ 21,5 mil, pagos a Celso de Mello, e R\$ 25,1 mil, recebidos por Cármen Lúcia.

O salário passa do teto por motivos variados – por exemplo, o abono de permanência por exercerem funções em outros tribunais, a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), corte presidida por Cármen Lúcia.

Do total recebido, os ministros têm descontos de Imposto de Renda que variam de R\$ 4,7 mil a R\$ 6,5 mil, contribuição previdenciária, de R\$ 2.939,54, e outros descontos diversos.



PARA ENTENDER

Como funciona o teto salarial?

A Constituição proíbe o pagamento de salários a qualquer servidor público acima do que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal, hoje R\$ 26.723,13. O Conselho Nacional de Justiça estabelece que o limite remuneratório dos magistrados e servidores dos Tribunais de Justiça tem de corresponder a 90,25% do teto do STF. Mas na prática servidores acabam incorporando benefícios aos salários e extrapolando o limite. Muitos obtêm o direito de receber acima do teto a partir de liminares judiciais.

Lei ignorada. Corregedora do CNJ, Eliana Calmon, recebeu acima de R\$ 50 mil;

outros cinco ministros do STJ tiveram contracheques acima do limite legal

21 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Em 11 TJs, salário de presidente supera o de Dilma

Tribunais resistem à divulgação de valores dos vencimentos, tornada obrigatória pela Lei de Acesso à Informação

Embora mostrem forte resistência na divulgação dos salários pela internet, o **Estado** confirmou que pelo menos 11 presidentes de Tribunais de Justiça (TJs) do País ganham mais que o teto constitucional, também recebido pela presidente Dilma Rousseff – R\$ 26.723,13.

Nove Estados (Amazonas, Bahia, Acre, Paraná, Roraima, Piauí, São Paulo, Amapá e Tocantins) encaminharam a reportagem as cópias dos contracheques dos presidentes, conforme solicitado em questionário que incluía perguntas sobre número de servidores, gastos com combustível de carros oficiais e medidas tomadas para a aplicação da Lei de Acesso à Informação.

Nos casos de Sergipe, Paraíba e Maranhão, a informação foi obtida por meio da divulgação nominal na internet, nem sempre da forma mais clara. A planilha dos magistrados paraibanos, por exemplo, trocou as colunas referentes a valores líquidos e brutos. No Maranhão, o mecanismo de busca dificulta a vida do cidadão em busca dos vencimentos. Só na 17.^a lista é possível chegar ao salário do presidente do TJ.

Embora considere a lei um “avanço pleno”, o presidente do TJ paulista, Ivan Sartori, vê com preocupação a divulgação nominal no caso de alguns servidores. “Hoje estão sequestrando por causa de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil. Temos servidores que trabalham e moram em área de risco.” O salário bruto de Sartori é de R\$ 31.096,85 (R\$ 22.255,81 líquidos).

Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra, a divulgação nominal pode causar constrangimentos. “Se colocam aqui outras situações, pessoas que ganham salários pequenos e que se sentem humilhados quando se divulga. Qual a mulher que vai querer namorar uma pessoa que ganha mal?”, questionou Calandra, após reunião na quarta-feira com os presidentes dos TJs e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto.

Os 12 salários conferidos pelo **Estado** variam de R\$ 23,2 mil (Tocantins) a R\$ 60,7 mil (Amazonas), em valores brutos. O salário do desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, presidente do TJ-AM, é turbinado pela Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), pagamento em parcelas das diferenças salariais recebidas por juízes do trabalho de primeiro e segundo graus em relação a colegas de outras áreas que recebiam mais.

Quando se analisa o valor líquido, a margem cai de R\$ 10.835,08 (Amapá) a R\$ 47.617,17 mil (Amazonas) – a diferença deve-se a descontos tributários, pagamento de pensões e outros. Só a desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, de Tocantins, ganha menos que Dilma.

21 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

'Quem ganha menos é humilhado.
Qual a mulher que vai querer namorá-lo?'

Desembargador Henrique Calandra,

presidente da AMB, contrário à divulgação nominal dos salários



O ESTADO DE S. PAULO 22 JUL 2012

FRASE

"Tenho uma **amiga** que se separou e o ex-marido não é **ex-presidente** ou senador da República – e tem pensão de quase R\$ 40 mil"

ROSANE COLLOR, ex-primeira dama, reclamando da pensão de R\$ 18 mil que recebe do ex-presidente e senador Fernando Collor de Melo



O ESTADO DE S. PAULO

Justiça do Rio devolve

carteira a 21 JUL 2012 Thor Batista

Em maio, dois meses após atropelar e matar ciclista, ele teve o direito de dirigir cassado

Fausto Macedo

O Tribunal de Justiça do Rio devolveu a Thor Batista, de 20 anos, filho do empresário Eike Batista, o direito de dirigir. A decisão foi dada ontem pelo desembargador Antonio Carlos dos Santos Bitencourt, que acolheu mandado de segurança impetrado pelos criminalistas Celso Villardi e Márcio Thomaz Bastos.

Thor estava proibido de dirigir desde 17 de maio por ordem da 2.^a Vara Criminal de Duque de Caxias (RJ), onde tramita processo contra ele pelo atropelamento e morte do ciclista Wanderson Pereira dos Santos, de 30 anos. O acidente ocorreu em 17 de março na Rodovia Washington Luís. O filho de Eike dirigia a Mercedes-Benz SLR McLaren a 135 km/h, segundo a perícia da Polícia Civil. A velocidade máxima permitida na via é de 110 km/h. Os advogados de Thor contestam a perícia e alegam que, segundo laudo particular, o carro estava trafegando com velocidade entre 87,1 km/h e 104,4 km/h.

O filho de Eike Batista foi denunciado por homicídio culposo (sem intenção). O Ministério

Público pediu, então, a suspensão da carteira de habilitação de Thor enquanto durasse o processo. A Justiça atendeu ao pedido e proibiu o empresário de dirigir durante um ano.

A defesa entrou com um recurso restrito e um mandado de segurança – para obter o efeito suspensivo da medida.

Dupla punição. O desembargador Santos Bitencourt decidiu acolher a solicitação. “Enquanto a suspensão não resulte como fundamento criminal, caracterizará evidente bis in idem (*dupla punição*) à medida cautelar aplicada na instância penal, uma vez já existente sanção administrativa e que põe em linha de desproporcionalidade e razoabilidade o ato de suspensão.”

Thor já havia sido multado pelo Detran do Rio e teve de se submeter a um curso durante um mês. “A decisão (*suspensão do direito de dirigir*) realmente era excessiva, tendo em vista que a juíza estipulou patamar máximo no que toca à suspensão, razão pela qual era esperado que o TJ acolhesse as razões do inconformismo da defesa”, declarou o criminalista Celso Villardi.

22 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

ESCLARECIMENTO

A reportagem “Ministros do STF também extrapolam teto constitucional”, publicada ontem, deixou de informar que os magistrados da corte receberam adicional de férias em junho. O valor representou um terço de seus vencimentos no mês e foi decisivo para que o rendimento dos ministros ultrapasse o limite de R\$ 26.723.

O ESTADO DE S. PAULO STF deve ser questionado sobre foro 22 JUL 2012 no mensalão

Advogados dos réus pretendem colocar em
xeque competência do tribunal no julgamento

Prestes a ser deflagrado, o polêmico julgamento da ação penal do mensalão reacendeu no meio jurídico a discussão sobre o foro privilegiado e a vocação constitucional do Supremo Tribunal Federal. Alguns defensores dos 38 acusados planejam questionar a competência da instância máxima do Judiciário para julgar réus sem prerrogativa de foro. É uma estratégia que pode retardar o início da jornada ou acabar fulminada pela Corte.

Apenas três dos 38 réus do processo aberto para julgar o maior escândalo da era Lula têm foro privilegiado: os deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

Por causa deles a famosa ação penal 470 ficou sob a tutela do STF. Os outros 35 acusados, tivessem havido a separação, estariam agora sob o crivo da primeira instância judicial.

Na abertura do julgamento, marcada para o dia 2, advogados deverão levantar questão de ordem para que os ministros do STF decidam se ainda cabe o deslocamento e a divisão dos autos.

É remota a possibilidade de o STF acolher, a essa altura, manifestação de tal natureza – até porque a Corte já decidiu anteriormente conduzir todo o processo sob alegação de que os fatos são os mesmos, daí não haveria como cindir o julgamento.

Mas o tema ainda provoca controvérsia na Corte. “O Supremo Tribunal Federal não pode ficar variando. Em alguns inquéritos desmembra, em outros não, em algumas ações penais desmembra, em outras não”, argumenta o ministro Marco Aurélio Mello, que defendeu o desmembramento do mensalão quando ele ainda era um inquérito.

Marco Aurélio foi voto vencido. Seus pares cravaram que a competência sobre o mensalão, e todos os seus réus, é do STF. “O desmembramento do processo já foi discutido e o tribunal, acertadamente, repeliu a ideia, pois o fato não pode ter julgamentos distintos”, anota o criminalista Alberto Zacharias Toron, que defende João Paulo Cunha. “O mesmo fato não pode ter julgamentos distintos por juízes diferentes.”

Não é o que pensam advogados de outros réus. Marcelo Leonardo, que defende Marcos Valério, já adiantou que vai provocar o STF para que os ministros novamente apreciem essa questão.

Vocação. Para o coordenador da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte, João Medeiros, que conduz a acusação no julgamento do chamado mensalão mineiro – suposto esquema de desvio de recursos públicos durante a campanha à reeleição do então gover-

nador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998 –, a manutenção do processo no STF fere a vocação da Corte.

“É um julgamento numa instância única. Isso no limite acaba prejudicando as duas partes. Não vai ter recurso. Se forem absolvidos não há a quem recorrer e, se forem condenados, a mesma coisa”, destaca. “Esse problema é fruto da existência do foro privilegiado, que transforma o Supremo em instância originária e única, quando na verdade ele não deveria cuidar disso. A vocação do Supremo é de ordem constitucional, de defesa da Constituição.”

Por possuir foro privilegiado, a ação penal contra Azeredo foi aberta no STF. Em maio de 2009, o relator, ministro Joaquim Barbosa, ordenou o desmembramento do processo, determinando que todos, exceto Azeredo, respondessem aos crimes na Justiça Federal, que, por sua vez, remeteu os autos para a Justiça Estadual. Outro réu parlamentar e com processo desmembrado é o senador Clésio Andrade (PMDB), que assumiu a cadeira de Eliseu Resende (DEM), morto no início do ano passado. O julgamento na 9.ª Vara Criminal de Belo Horizonte está em fase de instrução – já foram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa de três dos dez réus. Na opinião de Medeiros, há risco de uma decisão contraditória. “Esse processo (*mensalão mineiro*) foi desmembrado e o outro não.”

CONTINUA

22 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Tolice'. Segundo o ex-ministro e ex-presidente do STF Carlos Velloso, a desconexão tornar ágil o julgamento. "Porém, no caso específico do processo do mensalão, seria muito difícil fazer a separação porque as ações estão muito entrelaçadas. No caso do mensalão não seria possível o desmembramento pelas circunstâncias, pelas condutas que se entrelaçam, tidas delituosas", afirma.

"Imaginemos que poderia haver condenação de primeiro grau e absolvição no Supremo, ou vice versa."

Para Velloso, o que não deveria existir é mesmo o foro privilegiado, salvo raras exceções.

"A Emenda Constitucional 01, outorgada pela Junta Militar, conferiu esse foro privilegiado aos parlamentares. A emenda 01 é que fez essa tolice", reclama. "Os tribunais não têm vocação de fazer as vezes de juiz de primeiro grau, de fazer instrução. Juízes têm sido convocados para auxiliar os ministros do Supremo, o que é absolutamente irregular. A atividade jurisdicional é indelegável, ministro não pode delegar essa atribuição."

Na avaliação de Velloso, os ministros do STF estão em situação difícil. "Um tribunal que tem vocação para julgar recursos e ações de constitucionalidade se vê com a atribuição de juiz de primeiro grau, tendo que ouvir testemunhas, fazer interrogatórios. É incabível, inconcebível. A cada dia aumenta mais o número de privilegiados. Leva ao descrédito da função jurisdicional."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

MARCO AURÉLIO MELLO

22 JUL 2012

CONTINUAÇÃO

'O Supremo não pode ficar variando'

Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, alerta que "a Constituição é a lei maior".

● Por que o sr. defendeu o desmembramento?

O STF não pode ficar variando. Em alguns inquéritos desmembra, em outros não, em algumas ações penais desmembra, em outras não. Aí grassa a insegurança, o subjetivismo. A competência do STF é definida pela Constituição.

● Qual a regra que vale?

Será que a norma processual comum, o Código de Processo Penal, pode mais que a Constituição? A resposta é negativa. Em muitos processos o Supremo tem implementado o desdobramento. Fica ruim (*adotar*) dois pesos e duas medidas. Ou você observa o princípio que é a definição da competência apenas pela Constituição, ou não observa e aí se aplica o Código de Processo Penal. A Constituição é a lei maior.

● Por que a separação do mensalão não passou?

Chegamos a concluir que devia ser desmembrado, quando era inquérito. Surgiu proposta para o relator (*Joaquim Barbosa*) definir o alcance do desmembramento. Ele propôs que ficasse a totalidade. Por mim seria linear, só ficaria no STF parte relativa aos com prerrogativa. Com relação aos demais, o inquérito tomaria o rumo do juízo natural (*primeira instância*). Havia uma corrente intermediária (*entre os ministros*).

● Como o sr. decide?

Qualquer inquérito que venha às minhas mãos, ou ação penal, eu decreto o desmembramento. Geralmente, a defesa não impugna porque interessa a ela a passagem do tempo. São muitos os patamares do Judiciário, isso implica a passagem do tempo que gera efeito incrível, o da prescrição. É o sistema. Você tem de preservar princípios e o princípio básico é o da competência do juízo natural. O cidadão comum responde perante a primeira instância, pode interpor recursos e ver corrigido o erro eventual. Depois que o Supremo bate o martelo, não há como recorrer. Nós (*ministros*) também erramos, não somos semideuses.

● E se o mensalão tivesse sido desmembrado?

Tivessem permanecido apenas três acusados com prerrogativa não estaria havendo essa exploração, incitação, considerado o processo. E não se tornaria o plenário órgão de processo único, como vai se tornar durante mais de mês e meio.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

DIEGO WERNECK ARGUELHES

PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY

**Foro privilegiado:
questão de escolha? 22 JUL 2012**

Congressistas acusados de crimes têm foro privilegiado e devem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Como no mensalão os fatos criminosos narrados pelo Ministério Público (MP) envolvem tanto parlamentares quanto cidadãos comuns, a Constituição teria “empurrado” o processo para os braços do STF. Trata-se, porém, de uma simplificação. Mesmo com parlamentares envolvidos, o que move um processo como o mensalão para o STF ou para a primeira instância não é uma regra legal clara, mas um tipo de interpretação, feita pelo STF, sobre os fatos narrados pelo MP.

O MP estrutura sua narração de uma determinada maneira. Que estrutura foi essa? A denúncia descreve um “esquema”, composto por uma série de crimes interligados, praticados por pessoas diferentes e em momentos diferentes. É a narrativa do MP que liga o saque de recursos por um parlamentar em um determinado banco privado, por exemplo, a um contrato simulado entre uma agência de publicidade e uma instituição pública. Ela une, em uma visão sistêmica, fatos que de outra forma poderiam ser encarados e avaliados isoladamente. Ao receber e aceitar julgar a denúncia do MP em sua integralidade, fazendo com que os réus parlamentares “puxem” para o tribunal os outros acusados, o relator aceitou, em princípio, essa narrativa sistêmica.

Esse juízo, porém, não tem sido necessariamente o mesmo em casos semelhantes. Em outras situações, como no “mensalão mineiro”, o entendimento foi diverso. O STF desmembrou o processo. Apenas Eduardo Azeredo, que tem foro privilegiado, continuou sendo processado perante o tribunal. Essa discrepância não deve necessariamente ser motivo de espanto. O direito funciona assim, e a aplicação dessas regras envolve considerável margem para juízos políticos. Ambos os lados em conflito certamente puxarão esses juízos em direções diferentes, com impactos significativos sobre o andamento do processo.

Desde que seja garantida a ampla defesa dos acusados, em qualquer instância, é uma escolha de governança processual que cabe ao STF. Mas quando adotar uma visão global, e quando tratar os crimes de forma isolada? O que justifica cada perspectiva em cada caso? Em se tratando de processo criminal, essas questões se tornam especialmente delicadas. A recusa do Supremo a desmembrar o processo não é, em si, uma resposta. Esta só virá quando o julgamento começar.

O ESTADO DE S. PAULO
DORA KRAMER 22 JUL 2012

A praça é da tropa

Durante julgamento do mensalão, segurança do STF e dos ministros terá reforço

A partir de 2 de agosto e enquanto durar o julgamento do mensalão, a Praça dos Três Poderes ganhará desenho diferente do original vão aberto ao horizonte.

Haverá policiamento ostensivo constante com tropas da Polícia Militar do Distrito Federal, da Força de Segurança Nacional e dos agentes do Supremo Tribunal Federal, impedindo o acesso direto do público ao prédio do STF.

A montagem dessa logística vem sendo tratada pelo presidente do Tribunal, Carlos Ayres Britto, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do DF.

Será reforçada a segurança individual dos ministros, cujos trajetos de chegada, entrada e saída do tribunal serão alterados diariamente.

Por mais que os ministros digam que será um julgamento como outro qualquer, há o entendimento de que a realidade não é assim tão simples: querendo ou não, o Judiciário será protagonista de ocasião especialíssima.

Ao mesmo tempo em que examinará um processo inédito na forma e no conteúdo, terá de lidar com outras duas situações senão mais, tão polêmicas quanto.

Eventualmente decidirá sobre temas relativos à CPI do Cachoeira e ainda julgará questões sobre as eleições municipais no Tribunal Superior Eleitoral, integrado por parte dos ministros do Supremo.

Embora o Brasil já tenha assistido ao julgamento na esfera penal de um presidente cassado no Parlamento, a circunstância atual é diversa. Fernando Collor não tinha defensores na sociedade, seu caso não despertava emoções populares, o grupo político em xeque já não estava no poder e, sobretudo, o STF não desempenhava o papel ativo de hoje nem as sessões eram transmitidas pela televisão.

Desta vez é inegável que de alguma forma o Judiciário estará submetido a julgamento. E isso pode dar margem a mani-

festações até violentas à medida que forem sendo conhecidos os votos dos ministros, seja se houver tendência para absolvição ou condenação dos réus.

A ideia do policiamento ostensivo é evitar tanto o acesso ao STF quanto o assédio aos ministros para inibir cercos inoportunos.

Advogados, imprensa e todos os interessados devidamente credenciados terão garantido seus lugares, mas ao público em geral chegou-se à conclusão de que é melhor impor limitações de caráter preventivo.

Nesses dias que antecedem o julgamento que internamente no Supremo é tido como “diferenciado”, os ministros têm recebido advogados dos réus, sistemática vista não como pressão, mas como o exercício do pleno direito de defesa de cada um.

Diferente é a interpretação a respeito de gestos mais contundentes – como aquele em que José Dirceu convocou movimentos sociais a saírem às ruas ou declarações que lançam suspeições sobre a lisura dos métodos de exame do processo – vistos como inconvenientes tentativas de coação. A elas os juízes acham melhor não reagir.

Se a cada uma correspondesse uma representação ao Ministério Público contra os autores, a avaliação é a de que acabariam contribuindo para tumultuar ainda mais o já conturbado ambiente.

Diante da pressão, a decisão do colegiado é de “engolir em seco” e deixar que as coisas se resolvam no devido tempo.

Ou seja, a partir de 2 de agosto, quando se inicia a primeira fase dos trabalhos com a apresentação de um resumo do processo na voz no relator Joaquim Barbosa, seguida das sustentações orais.

Primeiro fala a Procuradoria-Geral da República pela acusação e depois os advogados de defesa de cada um dos réus. Os trabalhos irão de segunda a sexta-feira, das 14h às 19h.

Essa etapa está prevista para se encerrar em 15 de agosto, quando, então, votam os ministros em sessões às segundas, quartas e sextas, na seguinte ordem: o relator, depois o revisor Ricardo Lewandowski e, em seguida, os demais do mais novo (Rosa Weber) ao decano (Celso de Mello).

Se a maioria for pela condenação, a etapa final será a da definição das penas. A previsão é a de que o julgamento entre pelo mês de setembro e esteja concluído antes das eleições de outubro.

23 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

ATROPELAMENTO

Cissa Guimarães se revolta com decisão

A atriz Cissa Guimarães afirmou, na noite de sábado, estar “indignada” com a decisão judicial que alterou a acusação de homicídio doloso (quando há intenção de matar) para homicídio culposo de trânsito (quando não há intenção) contra o acusado pelo atropelamento e morte de seu filho Rafael Mascarenhas, em 2010. Ela fez as declarações em sua página no Twitter, um dia após a decisão do juiz Jorge Luiz Le Cocq, da 2.^a Vara Criminal, que beneficiou Rafael de Souza Bussamra, acusado pelo crime.

FOLHA DE LONDRINA

Amapar vai à Justiça contra divulgação de salários

POLÊMICA
Amapar deve
recorrer contra
divulgação
de salários

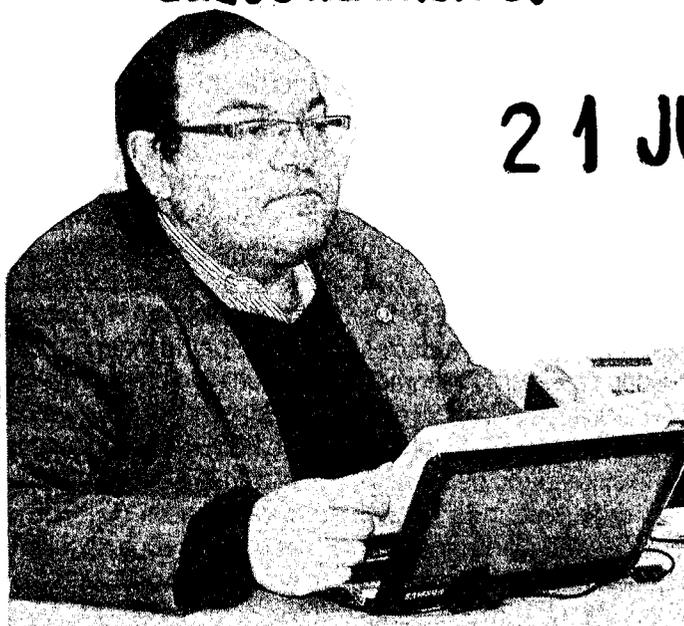
José Lazaro Jr
Equipe da Folha

TJ paranaense pede mais
tempo ao CNJ para colocar
dados na internet

21 JUL 2012

Curitiba – Descumprindo o prazo inicial determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná pediu mais 20 dias para publicar na internet os contracheques dos magistrados e funcionários do órgão. Ontem era a data-limite fixada pelo ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, para que as cortes de todo o País divulgassem nominalmente os gastos com pessoal.

“O TJ recebeu a resolução do CNJ faz vinte dias e será necessário mais tempo para adaptar a folha de pagamento e serviços de informática às planilhas solicitadas pelo conselho”, explicou Francisco Cardozo Oliveira, juiz auxiliar da presidência do TJ. Desta forma, até o dia 9 de agosto o tribunal divulgará nome, rendimento bruto, descontos, cargo e unidade da federação onde o trabalho é realizado.



“Os salários têm que ser divulgados, mas não atrelados aos nomes. Fazer isso é violar a privacidade”, reclama presidente da Amapar

Diante da perspectiva de publicação dos contracheques, o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Ganem, anunciou que o departamento jurídico da entidade estuda como reverter a decisão. “Não somos contra a transparência na administração pública. Os salários têm que ser divulgados, mas não atrelados aos nomes. Fazer isso é violar a privacidade de cada um, pois revela a intimidade das pessoas. Tem que encontrar outro jeito”, defendeu Ganem.

O presidente da Amapar argumenta que os contracheques contêm informações que não são de interesse público, como empréstimos bancários, financiamento de imóveis, pensão alimentícia, faturas com débito automático. “Já na semana que vem a Amapar vai questionar na Justiça a divulgação individualizada da remuneração”, adiantou Ganem.

CONTINUA

21 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O STF liberou o acesso aos seus dados na internet no início de julho. "A remuneração dos agentes públicos constitui informação de interesse coletivo", afirmou Ayres Britto, cuja remuneração mês passado foi de R\$ 24 mil, após descontos de R\$ 14 mil, dos quais oito foram destinados ao Imposto de Renda.

O juiz Francisco Oliveira, do TJ, adianta que o atendimento à resolução do CNJ pelo tribunal não altera a decisão do órgão especial que declarou inconstitucional artigo da Lei Estadual da Transparência que previa a divulgação nominal da remuneração. "Uma coisa é a lei federal regulamentada pelo CNJ, outra é a legislação estadual", declarou Oliveira.

No Paraná, somente o Tribunal de Contas (TC) do Estado já adotou a divulgação individualizada da folha de pagamento, entendendo que a obrigatoriedade já consta na Lei de Acesso à Informação. No governo do Paraná, nada muda por enquanto, mas há uma comissão destacada para regulamentar esse assunto junto com a Procuradoria Geral do Estado. O MP aguarda decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com reunião agendada para o próximo mês, e a Assembleia Legislativa do Paraná não fará nenhuma mudança até o início de agosto, quando o deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB) retorna de viagem.

21 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Discutindo a violência doméstica e sexual

Rede Municipal realiza encontros mensais para capacitar profissionais e debater ações, como a importância da notificação dos atendimentos às vítimas

Neste ano, na delegacia foram abertos 483 inquéritos

Antes da criação da Rede Municipal de Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual, no ano passado, Londrina não contava com um protocolo integrado de ações sobre o tema. Diante disso, surgiu a necessidade de capacitar os profissionais, reforçar os programas de prevenção e otimizar o fluxo de atendimento às vítimas.

Desde então, são realizados encontros mensais entre profissionais da saúde pública, juízes, promotores e policiais militares, na sede da Associação Médica de Londrina, como forma de relacionar e integrar as informações de cada setor.

Porém, antes de dar início às ações, era preciso obter os números de notificações sobre violência doméstica e sexual de Londrina e região. Isso porque, de acordo com Cláudia Prando, enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde, até 2010 só existiam seis casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

“Com os encontros mensais, ampliamos essas notificações em 500, pois a Delegacia da Mulher, Conselhos Tutelares, Instituto Médico Legal,

hospitais e demais secretarias municipais passaram a notificar os atendimentos, através de um formulário. Mas ainda é preciso reforçar esse processo”, explica.

24 horas

Outra medida que vem sendo cobrada pela Rede junto à Secretaria de Segurança Pública é o funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher. “Já recolhemos 13 mil assinaturas que reforçam nosso pedido, mas ainda não temos nenhuma resposta concreta”, afirma Sueli, ao ressaltar que existe a possibilidade de ser implantada uma unidade no novo prédio da 10ª Subdivisão Policial.

Para a psicóloga Patrícia Raboni, do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CAM), o atendimento 24 horas é fundamental porque a maioria dos casos de violência doméstica ocorre à noite ou de madrugada. De acordo com ela, o CAM recebe mensalmente uma média de 30 novos casos.

Juíza resalta que a violência deve ser denunciada, seja pela própria vítima ou pela pessoa que presenciou a agressão

“No Centro, em 90% dos casos os agressores usam alguma substância psicoativa, mas essa não é a causa das agressões. Essas substâncias apenas potencializam a masculinidade, fazendo com que o homem se sinta mais forte e dono da própria mulher, querendo que ela seja submissa”, comenta Patrícia.

A secretária municipal de Políticas para Mulheres, Sueli Galhardi, informa que no mês de novembro será promovido um seminário em Londrina, com a presença de servidores dos municípios da 17ª Regional de Saúde. “Será lançado um Manual da Rede direcionado aos profissionais, com o objetivo de organizar fluxos e protocolos de trabalho”, comenta Sueli.

Uma cartilha educativa sobre a violência e os seus processos já vem sendo distribuída para a população.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 JUL 2012

Inquéritos

Neste ano, na Delegacia da Mulher de Londrina já foram abertos 483 inquéritos policiais, ou seja, de janeiro até hoje vem sendo instaurados mensalmente cerca de 70 inquéritos policiais relacionados à violência doméstica. Segundo a delegada Elaine Aparecida Ribeiro, em primeiro lugar estão os casos de ameaça. "As mulheres não estão esperando acontecer. Elas estão denunciando antes e isso é um reflexo das ações de prevenção da Rede", observa.

A lesão corporal aparece em segundo lugar. Já os casos de abuso sexual são registrados separadamente. Na 6ª Vara Criminal especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar e Crime contra Criança e Adolescente, atualmente são cerca de 500 ações penais em trâmite, que versam sobre violência doméstica. "Com a divulgação da Lei Maria da Penha (11.340/2006), as mulheres passaram a entender a importância de registrar os boletins de ocorrência", comenta a juíza Zilda Romero, afirmando que as denúncias de violência doméstica têm aumentado.

Quando há a necessidade de uma medida protetiva de imediato, os casos são encaminhados ao Fórum e, provada a autoria, é dada a condenação do autor. "A violência deve ser denunciada, seja pela própria vítima ou pela pessoa que presenciar a agressão", ressalta. Só na comarca de Londrina são 1.228 processos de medidas protetivas de urgência, que podem ser concedidas ou revogadas.

Outros números obtidos do Sinan pela Diretoria de Epidemiologia e Informações em Saúde (Depis) da Secretaria Municipal de Saúde revelam que de 2011 a fevereiro deste ano foram registrados 52 casos de violência sexual. Destes, 40 caracterizam estupros. Quanto à violência física, o sistema apresentou 119 notificações.

"Através desses relatórios, pudemos constatar que as vítimas têm entre 15 e 49 anos, mas que os casos contra pessoas acima de 60 anos têm aumentado gradativamente", afirma a enfermeira Cláudia Prando, revelando também que 85% dos casos com vítimas entre 20 e 29 ocorrem na própria residência e em via pública, na faixa etária a partir dos 30.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

21 JUL 2012

Jogo de pressões

Volto ao tema: por que Londrina cassa prefeitos, afasta vereadores, prende secretários municipais e isso jamais ocorre em Curitiba? É como se aquele princípio da eficácia da lei no tempo e no espaço não funcionasse. A Capital é uma ilha de impunidade e começa na passividade do seu cidadão, no emperramento das instituições em função também da sociedade cartorial e das mediações dos membros de todos os poderes em cima do Ministério Público a quem compete o papel de denunciante.

Normalmente aqui a ação efetiva sempre é de via externa: Ministério Público Federal, Justiça Federal, Tribunal de Contas da União ou então, nas exceções, de ordens da hierarquia militar como se deu naquele tempo de processos e cassações. Tanto que era uma minoria fanática, inexpressiva, que tentava representar os "falcões", a ultradireita da área militar, já que a liderança maior da terra, Ney Braga, era dos "pombos". Quanto mais forte o governo, como se dava com aquele, maior ainda a obediência, o comprometimento da mídia e isso gerou uma espécie de condicionante forte. Com as mudanças no papel da comunicação, ora exercendo postura mais investigativa, cria-se um desafio para a turma do "deixa disso" que se vê eticamente afrontada.

Folclore MAZZA

Um dos apelidos mais curiosos do Bar Stuart era o daquele cidadão comum e que passou a viver com a viúva de um magistrado: juiz substituto.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

21 JUL 2012

Movimento Paraná Sem Corrupção

Promotores de Justiça e educadores vão trabalhar juntos numa campanha estadual de combate à corrupção. A iniciativa foi lançada ontem, em Curitiba, e vai envolver os 32 Núcleos Regionais de Educação do governo estadual e 160 integrantes do Ministério Público (MP) em todo o Paraná. O objetivo é fazer com que a campanha desenvolva nos jovens uma consciência ética, voltada para o valor da honestidade. Cada região vai desenvolver atividades próprias, de palestras a grupos de teatro, e aceitam voluntários que podem se cadastrar no site do MP na internet.

Cultura da honestidade

De agosto a outubro o Movimento Paraná Sem Corrupção vai trabalhar a importância do voto, as características da Lei da Ficha Limpa e debater planos de governo de candidatos. A iniciativa retoma uma campanha lançada em 2007 pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPJ) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) com o propósito de enfrentar a corrupção de duas formas: por meios legais, processando agentes públicos corruptos, e promovendo a disseminação da cultura da honestidade.

Servidores em campanha

A Promotoria de Justiça de Toledo emitiu uma recomendação que pode servir para outras cidades por aí. O Ministério Público (MP) tenta impedir que servidores façam campanha eleitoral durante o expediente, prática que não é rara, embora ilegal. A recomendação é assinada pelo promotor de Justiça Giovani Ferri e foi enviada ao prefeito do município, ao presidente da Câmara de Vereadores e ao presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Toledo. Ferri pede para que se adotem medidas necessárias para vedar a atuação político-partidária de servidores concursados e comissionados durante o horário de expediente nos órgãos públicos.

Crime eleitoral

No documento, o MP reforça que é expressamente proibido "exercer atividade de caráter político-partidária durante o horário de expediente, sob pena de configurar ato de improbidade administrativa, infração administrativa, crime eleitoral, além de sujeitar o infrator e o beneficiário ao pagamento de multa prevista na legislação eleitoral".

Detenção e multa

O promotor de Justiça lembra ainda, na recomendação, que é crime, com pena de até seis meses de detenção e pagamento de 30 a 60 dias multa, a utilização, para benefício de partido ou organização de caráter político, "do serviço de qualquer repartição federal, estadual, municipal autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realiza contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências".

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LEITOR

21 JUL 2012

Condenação de vereadores: será?

Sobre a matéria "Lista de Caldarelli: juiz condena ex-vereadores à prisão" (Política, 19/7), condenados foram, mas serão presos em regime fechado conforme as sentenças? Vamos esperar para ver. E os que são candidatos a vereador? Só faltava serem eleitos. O que não se pode duvidar, pois já tivemos prefeito na região que foi eleito preso e ex-prefeito que foi preso e acusado de diversas irregularidades que quase foi eleito. Então, só resta esperar que se cumpra o que o juiz determinou aos condenados: cadeia neles! Para condenar, o juiz tem provas suficientes. Mais um belo serviço do Gaeco, diga-se de passagem. E ainda tem gente querendo acabar com o Gaeco.

JOÃO BATISTA SANTANA (comerciário) - Londrina

Verdade absoluta ou relativa?

O senhor Valmor Stédile, membro do PDT estadual (Opinião do Leitor, 19/7), recomenda que todos devem conhecer o que diz a Bíblia: "Conhecereis a verdade, que a verdade vos libertará". Já que disse isto, porque não vem ver onde está a verdade e perguntar ao povo de Londrina, aos que mais precisam dos serviços públicos, remédios, médicos, etc., se eles conhecem a verdade. Falar sobre a verdade não é o mesmo que praticar a verdade. Será que o sr. Stédile conhece todos os secretários que seu prefeito contratou para ajudar na administração de Londrina? Das verbas de saúde, da educação e da própria Prefeitura? Não seria melhor informar-se sobre os fatos antes de citar a Bíblia como se fossem suas verdades. É preciso mais amor para citar frases tão importantes para a humanidade, e não misturar verdades relativas aos interesses de grupo como se fossem verdades absolutas.

SEBASTIÃO CALMEZINI (comerciante) - Londrina

Trabalho do Gaeco

É vergonhosa a resposta do sr. Valmor Stédile dada à FOLHA sobre a ação do PDT contra o Gaeco (Opinião do Leitor, 19/7). Dizer que o Gaeco trabalha em favor do governo estadual é não reconhecer o trabalho limpo e sério que os promotores fazem. Afirmar que esta administração é séria, competente e transformadora é, no mínimo, ridícula. É só verificar a quantidade de ações que tramitam em nossa Justiça, o número de pessoas presas ligadas à administração municipal e a suposta tentativa de compra dos vereadores no CP da Centronic.

MILTON SIMÕES (agropecuarista) - Londrina

Apoio aos promotores

Duas notícias me chamaram a atenção na última quarta-feira no Portal Bonda: a doação de 5 macas por um empresário de Goiás a um hospital público da cidade e a investigação do Gaeco sobre a doação de eletrodomésticos a vereadores da nossa querida Londrina. Chego à triste conclusão que existem empresários e empresárias, alguns bons exemplos de cidadania e outros somente um exemplo de falta de cidadania e pura ambição. A população precisa apoiar incondicionalmente o Gaeco em suas ações para tirar Londrina dessa hipocrisia político-administrativa que a cidade está mergulhada.

SAULO OLIVEIRA (agricultor) - Londrina

21 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça do Rio devolve carteira a Thor Batista

São Paulo - O Tribunal de Justiça do Rio devolveu a Thor Batista, de 20 anos, filho de Eike Batista, o direito de dirigir. A decisão foi dada ontem pelo desembargador Antonio Carlos dos Santos Bitencourt, que acolheu mandado de segurança impetrado pelos criminalistas Celso Villardi e Márcio Thomaz Bastos. Thor estava proibido de dirigir desde 17 de maio por ordem da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias (RJ), onde tramita processo contra ele pelo atropelamento e morte do ciclista Wanderson Pereira dos Santos, em 17 de março na Rodovia Washington Luís.

FOLHA DE LONDRINA

(In) Segurança no trânsito

6 *As notícias devem
antecipar a reflexão
por parte da
população e das
autoridades que
tratam da segurança
no trânsito* 9

22 JUL 2012

Segurança de trânsito foi um dos temas de grande destaque da semana passada na imprensa paranaense. Primeiro, as atenções voltaram-se para o grave acidente na região de Pirai do Sul (Campos Gerais) em que dez jovens estudantes do Pará morreram quando o ônibus em que viajavam de Belém para Curitiba caiu em uma ribanceira. Na última quarta-feira, a pesquisa "Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes no Brasil" colocou o Paraná em uma situação incômoda. A divulgação mostrou nosso Estado com a maior taxa de óbito entre as pessoas de 1 a 19 anos de todo o Brasil. O estudo mostrou que de cada 100 mil crianças e adolescentes paranaenses, 15 morreram em acidentes de trânsito no ano de 2010. No ano de 2000, o Estado estava no quarto lugar em relação à proporção de mortes de trânsito entre crianças e adolescentes, com uma taxa de 12,4.

Infelizmente, muitas dessas mortes de crianças foge da fatalidade e poderia ser evitada se os adultos tomassem um cuidado básico: o uso correto da cadeirinha e do cinto de segurança. Além disso, principalmente em vias que cruzam localidades populosas e proximida-

des de escolas, os motoristas devem dirigir com responsabilidade para evitar atropelamentos, acidentes que matam e causam sequelas permanentes nos jovens.

Fechando o noticiário, a FOLHA publica hoje reportagem mostrando os perigos de trafegar nos trechos urbanos das rodovias federais e estaduais que cruzam a Região Metropolitana de Londrina. Os repórteres e fotógrafos que percorreram esses trechos junto com inspetores das polícias rodoviárias mostrarão como pode ser fatal a mistura de dois fatores importantes: aumento da frota de veículos sem a ampliação equivalente da estrutura rodoviária e a difícil convivência entre os motoristas viajantes e condutores domésticos (moradores de cidades vizinhas e dos bairros vizinhos às rodovias).

Essas três reportagens publicadas pela FOLHA não devem ser simplesmente encaradas como "notícias ruins". As matérias precisam antecipar uma reflexão por parte da população e das autoridades que tratam da segurança no trânsito para que os motoristas melhorem o comportamento e os governantes realmente tratem o tema com a importância merecida.

22 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA Militão

● ● ● O CNJ passou pente-fino no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (Brasília) e revelou que 14% dos funcionários são parentes de desembargadores de lá. É o que diz o relatório. Nepotismo puríssimo.

FOLHA DE LONDRINA

TJs têm prazo para divulgar salários

23 JUL 2012

São Paulo - O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ministro Carlos Ayres Britto, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu o prazo para que os tribunais de Justiça de Goiás, do Paraná, de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina tornem públicas as informações sobre os vencimentos e salários pagos aos magistrados e servidores. O prazo para a divulgação, estabelecido pela Lei de Acesso à Informação e por decisões recentes do CNJ, terminaria a meia noite de sexta-feira.

A pedido dos próprios tribunais, que alegaram dificuldades técnicas para disponibilizar as informações em seus sites, Ayres Britto concedeu mais 30 dias para os tribunais de Justiça goiano e catarinense, 20 dias para o tribunal paranaense e dez dias para o sul-matogrossense. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais já havia obtido a prorrogação por mais 15 dias. Para o ministro, os pedidos de ampliação do prazo foram "suficientemente justificados" pelos tribunais.

Na última quinta-feira, o próprio CNJ disponibilizou em seu site na internet a relação nominal e os salários de todos seus servidores, exceção aos que estão requisitados por outros órgãos. Uma liminar judicial chegou a impedir a divulgação individual dos salários, mas foi suspensa por decisão do ministro Ayres Britto, que entendeu que as limitações feriam os princípios constitucionais.

FOLHA DE LONDRINA

MARIA TEREZA UILLE GOMES

MIGUEL GODOY

23 JUL 2012

O Paraná e os 15 anos da lei para refugiados

Ontem, 22 de julho, comemorou-se os 15 anos da Lei Brasileira de Refúgio, nascida com a incumbência de atender à enorme demanda de refugiados que o país registra.

Há atualmente no Brasil cerca de 4,5 mil refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados, órgão vinculado à Secretaria Nacional de Justiça. Provenientes de mais de 70 países, as mulheres constituem cerca de 30% dessa população. Obrigados a deixar sua casa por conta das graves violações de direitos humanos ou pela perseguição religiosa, étnica, política, de raça, nacionalidade, ou por pertencimento a um determinado grupo social, a maioria dos refugiados hoje está concentrada em grandes centros urbanos do país.

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a criar um marco legal para regulamentar o ingresso e a recepção de refugiados em seu território, desempenhando uma liderança no que diz respeito à proteção dos refugiados e, ao longo destes últimos anos, vem desenvolvendo inúmeras iniciativas com o objetivo de efetivamente integrar os refugiados na sociedade.

Da mesma maneira, o Paraná tem se destacado no acolhimento e inserção dessas pessoas e suas famílias em nossa sociedade. Empregá-los e torná-los economicamente autônomos são nossas maiores preocupações no Estado, que hoje abriga dezenas de refugiados, além de centenas de migrantes.

Nesse sentido, o decreto nº 4.289, publicado no Diário Oficial em 5 de abril de 2012, que instituiu o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná, instalado na semana passada pelo vice-governador Flávio Arns, representa um compromisso do governo com o avanço significativo no trato da questão migratória.

O texto do decreto, considerado modelo pela Agência da ONU para Refugiados, estabelece objetivos como o de orientar os agentes públicos sobre

os direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados, bem como promover ações e coordenar iniciativas de atenção, promoção e defesa dos refugiados no Paraná, junto aos demais órgãos do Estado que possam provê-los e assisti-los através de políticas públicas (artigo 2º).

A partir da criação desse Comitê, o Paraná tem desenvolvido diversas ações. E foi para marcar os 15 anos da Lei Brasileira de Refúgio que a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, por meio de seu Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, realizou em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) e a Casa Latino Americana (CASLA) um evento para analisar o relatório do ACNUR sobre as tendências globais da migração forçada.

De acordo com esse relatório, o número de refugiados, solicitantes de asilo e deslocados não parou de aumentar no mundo todo e chegou a 42,5 milhões de pessoas em 2011. Ao contrário do que se pensa, 80% delas se encontram nos países em desenvolvimento.

A migração forçada ainda é uma triste realidade que desafia o poder público a garantir uma resposta compatível com a Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e com a Lei Brasileira de Refúgio, nº 9474, de 1997. O Paraná tem assumido a sua parte nessa tarefa.

O marco nacional de proteção aos refugiados completou 15 anos e o Paraná, desde logo, demonstra sua solidariedade traduzida em ações concretas com o objetivo de auxiliar pessoas forçadas a migrar a reconstruir suas vidas em terras paranaenses.

A migração forçada ainda é uma triste realidade que desafia o poder público

MARIA TEREZA UILLE GOMES
e **MIGUEL GODOY**

são, respectivamente, secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (seju) e assessor jurídico da Seju

» FISCALIZAÇÃO

Novo movimento

quer 21 JUL 2012

combater a corrupção

Não se deve banalizar as pequenas atitudes que podem corresponder aos desvios de amanhã.

Isadora Camargo, especial para a Gazeta do Povo

ENTREVISTA

JAIRO CRUZ MOREIRA,
promotor de Justiça



O Movimento Paraná sem Corrupção foi lançado pelo Ministério Público (MP) ontem. Segundo o promotor Jairo Cruz Moreira, coordenador nacional da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", um dos principais objetivos é aproximar o cidadão do MP. A iniciativa estadual faz parte de uma parceria entre o MP, a Secretaria de Estado da Educação e o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Em entrevista à Gazeta do Povo, Moreira explicou quais serão as ações e co-

mo vai funcionar o movimento no estado. Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

Como surgiu a iniciativa e qual é a principal proposta?

A campanha foi abraçada, em 2008, pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que é formado pelos chefes dos Ministérios Públicos no Brasil. Em cada estado há um coordenador do movimento. E os pontos fundamentais da iniciativa são firmar o MP como órgão de encaminhamento de denúncias, investigação e processamento de medidas judiciais em relação a corruptos e corruptores e aproximar a instituição da sociedade.

O movimento se baseou em outras iniciativas nacionais?

Na nossa campanha elegemos como tema do ano o "voto consciente". É importante por estarmos prestes a agir nos municípios [em ano de eleição].

Qual o plano de trabalho do movimento?

Primeiro é aumentar a participação dos promotores nesse movimento, independente do campo de atribuição. Outra meta é o incremento de parcerias; é, ain-

da, ações uniformes que divulgam o movimento por todo Brasil.

O movimento pretende atingir qual faixa etária. Vai atuar só em anos de eleição?

Pretendemos falar com pessoas acima de 16 anos, [possíveis] votantes. Serão 2,5 mil escolas, atingindo 1,3 milhão de estudantes. O movimento é perene.

Como funcionará nas escolas?

Os promotores irão falar com alunos, diretores, professores. Alguns locais estão desenvolvendo até concursos de frases, como ocorreu em Uberaba (MG), em que dez mil alunos participaram da atividade. Vai muito da peculiaridade e da fertilidade das parcerias locais.

Por que as escolas são os primeiros alvos do movimento?

Porque partindo das escolas há uma tendência de que o movimento seja agregado aos jovens, que possibilitam grandes mudanças na mentalidade e na prática cultural, fomentando a cidadania efetiva.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 21 JUL 2012

O que poderia ser feito para a população se envolver com a iniciativa?

Além de fiscalizar e participar, essa campanha parte de pequenas ações. Levar vantagens em determinados momentos, como não devolver o troco, falsificar o ponto no trabalho, furar fila. Não se deve banalizar as pequenas atitudes que podem corresponder aos desvios de amanhã. É dar poder ao cidadão e chamá-lo para a reflexão de se fazer o controle social.

E como motivar as pessoas a combaterem a corrupção?

Isso depende de conscientização. A corrupção gera uma perda do PIB brasileiro de 3% a 5% e, quando se trata desse assunto, estamos preocupados com as gerações futuras, para quem nós vamos deixar o planeta. Por isso, o movimento vem sendo divulgado nas redes sociais e no site oficial, o que irá facilitar o encaminhamento de denúncias.

O movimento irá alcançar outros setores?

Sim, por exemplo, temos parcerias com a Controladoria-Geral da União (CGU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Observatório da Corrupção. O objetivo é formar uma rede de parceiros para que o movimento se legitime.

E as atividades em longo prazo?

A proposta é combater a corrupção nas eleições [deste ano]. E, para os próximos anos, desenvolver valores éticos e de cultura participativa, além de controlar escândalos que podem acontecer. O MP deve receber denúncias, investigar, oferecer ações penais. É trazer o cidadão para uma instituição incumbida de defender seus interesses.

ATIVIDADES

Primeiras palestras acontecem em escolas no mês de agosto

As primeiras atividades do movimento começam a ser desenvolvidas em agosto e setembro, com palestras. Os promotores que se disponibilizarem a participar da campanha irão até as escolas com o objetivo de promover debates com os alunos a partir de 16 anos, professores e diretores das escolas públicas. De acordo com Jairo Cruz Moreira, o objetivo é conscientizar a população a aderir a uma cultura participativa baseada em valores éticos. A expectativa a curto prazo é reverter as discussões em votos conscientes para as eleições municipais deste ano.

GAZETA DO POVO

O MITO 21 JUL 2012

DO BRASIL CORRUPTO

A percepção da corrupção como um mal endêmico pode criar noções equivocadas de um problema cultural irremediável, dizem especialistas

Rafael Rodrigues Costa

“Isso é Brasil”. Não é raro que frases como esta se destaquem nos momentos em que escândalos de corrupção estão na ordem do dia. Elas refletem a noção de que o problema é um mal crônico e generalizado no país.

Autor dos livros *A Cabeça do Brasileiro* e *A Cabeça do Eleitor*, o cientista político Alberto Almeida diz que o histórico das pesquisas de opinião revela que esta percepção é consolidada na sociedade. “Pessoas botando dinheiro em sacos de papel, dólares na cueca, mensalinho. O simbolismo destes escândalos é muito forte”, diz, em entrevista por telefone para a *Gazeta do Povo*. “Todos os políticos são vistos como corruptos.”

Esta generalização, no entanto, é questionável e pode ter efeitos negativos, de acordo com especialistas ouvidos pela reportagem. Uma

delas é a professora e coordenadora do grupo de estudos e pesquisa sobre corrupção da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rita de Cássia Biason.

Para a acadêmica, questões em que há extremos de fragilidade institucional, como no caso dos financiamentos de campanhas eleitorais e os processos de licitação, levam a uma percepção piorada da realidade.

“Quando olhamos para isso, obviamente a sensação é de que estamos mergulhados num dos universos mais corruptos do mundo. Mas não é assim”, explica Rita, para quem o Brasil não é um país de corrupção endêmica — como ocorre, por exemplo, em Moçambique, em que há uma prática institucionalizada de pagamento de “caixinha” para não haver vistoria em aeroportos. “Se a corrupção fosse sistemática, não haveria instrumentos de controle”, destaca.

Cidadania

Um dos fatores que contribuem para o sentimento de generalização em todos os segmentos da cultura política e social é a subjetividade do entendimento sobre o que é a corrupção. Para Rita, é necessário separar o ato do chamado “jeitinho”, por exemplo. “O que nos interessa? O jeitinho, que alguns classifi-

cam como intolerável, ou a grande corrupção? Ou o que afeta o sistema democrático, a integridade do sistema político? A corrupção abriu uma zona cinza, que é o que gera a percepção de que estamos perdidos num emaranhado de universo corrupto”, diz.

Uma das conclusões das pesquisas de Alberto Almeida aponta para a variação na tolerância à corrupção de acordo com a escolaridade. “Quanto menor ela for, menor a importância do tema da corrupção. O tema nunca é o mais importante mesmo para a mais alta escolarização, mas a importância sobe”, explica.

A doutora em Ética e professora da Universidade de Brasília (UnB) Ligia Pavan Baptista liga os pontos: a política brasileira é o reflexo de um descaso histórico com a educação no país. “O exercício da cidadania, que vai muito além do voto, exige educação política, informação e conscientização”, diz. “A cultura da corrupção só se desenvolve onde não há noções de ética incorporadas em nossas ações do cotidiano. Não podemos cobrar da classe política honestidade de se, em nossas ações diárias, cometemos pequenas infrações que comprometem o bem comum.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

21 JUL 2012

Cultura corrupta

A ideia de que o Estado reflete as práticas incorporadas em âmbitos sociais mais amplos é uma questão delicada, conforme explica o antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marcos Otávio Bezerra. “Muitas vezes as mesmas pessoas que são extremamente críticas em relação aos comportamentos corruptos não deixam de pedir a políticos ou conhecidos dentro da administração pública para agilizarem seus processos”, aponta. “As pessoas incorporaram a concepção de que o Estado serve para isso mesmo, e não é possível outra relação senão essa de conseguir viabilizar benefícios específicos.”

Mas o argumento de que a prática é uma herança cultural que remonta aos tempos da colonização tem um entendimento controverso. A transferência de uma cultura do privilégio e da desigualdade para o funcionamento do Estado é reconhecida por pesquisadores, mas os seus efeitos práticos são questionados.

“Não acredito que a corrupção no Brasil seja uma herança cultural ou mesmo algo que esteja preso ao sangue do brasileiro. Seria um tipo de determinismo muito inocente e que não apresenta soluções para este problema. Penso que as causas da corrupção estão na manutenção de um padrão tradicional e personalista de se fazer política no Brasil”, opina o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fernando Filgueiras.

“Precisamos compreender que o enfrentamento da corrupção é um processo, que teve início com a democratização em 1988, e que demanda a construção de instituições sólidas.”

Bezerra alerta para a noção de uma cultura de corrupção que, de acordo com ele, existe, mas não pode ser entendida como imutável. “Se entendemos cultura como um conjunto de práticas historicamente constituídas, o modo como as pessoas têm se relacionado e compreendido a administração pública, aí se pode falar em algo cultural, mas não como uma coisa que não pode ser transformada”, diz.

Rita Biason destaca o aspecto institucional como o mais importante para a questão. Para a pesquisadora, a corrupção não é um caso de subdesenvolvimento — e os casos em países desenvolvidos como o Japão ilustram isso. A questão é de má gestão administrativa, e o Brasil está consolidando suas instituições (leia mais nas matérias ao lado).

“Cultura você não supera com medidas políticas, com decretos, com leis. Cultura você supera com educação, e aí vamos precisar de mais 200 anos. Mas quando olho para processos como a urna eletrônica, a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei da Ficha Limpa e outros sucessos saudáveis que tivemos no processo pós-democratização, obviamente vemos outra realidade”, aponta. “Os mitos prejudicam mais que ajudam”.

CONTINUA

RICARDO MARQUES DE MEDEIROS

Fortalecimento de instituições fez pipocar escândalos

O Brasil nunca viveu na sua história um período democrático tão longo como o atual. Desde 1989, os brasileiros podem eleger o presidente da República. Nesses quase 23 anos de reabertura política, não houve ameaças de golpes e a troca de faixas entre os eleitos foi tranquila.

Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição. O documento previu o fortalecimento de instituições que fiscalizam os homens públicos. Com isso, o país viu explodir escândalo atrás de escândalo, em todas as esferas, do vereador ao presidente.

A liberdade de expressão fez com que muitos atos escusos cometidos por agentes públicos viessem à tona, por meio da imprensa. A divulgação de esquemas de desvios de dinheiro público ou facilidades irregulares criou a sensação de que o Brasil está mais corrupto. Para o cidadão, que por muitos anos não teve acesso aos bastidores do poder, isso é um fato. Segundo o cientista político Francisco Brandão, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), à medida que as instituições de fiscalização apuram as denúncias e os meios de comunicação divulgam os casos, faz crescer a sensação de que nos últimos anos a corrupção aumentou.

“Qualquer caso de corrupção, feito com menos peritagem, pode vir à tona. Isso cria uma impressão de que há mais corrupção. O que acontece é que eles [os casos de corrupção] são mais propalados. No período da ditadura, a maior parte

dos casos não era divulgada, ficava escondida”, afirma Brandão, que é o coordenador do Núcleo de Teoria da Democracia da UFPE. Ele diz acreditar que com a democracia se tornando mais consolidada no país, a corrupção diminua. “Mas não acredito que venha a se acabar.”

O promotor de Justiça Roberto Livianu, vice-presidente do movimento Ministério Público Democrático, compartilha da mesma opinião. “O aprimoramento das instituições gera uma situação de minimização das oportunidades para essas práticas [de corrupção]. Precisamos de um Judiciário que dê respostas. É importante para reverter essa percepção de impunidade. A modernização e o fortalecimento das instituições, e o engajamento da sociedade civil ajudam no resgate da capacidade de indignação. Tudo isso é importante para fechar o cerco contra quem comete corrupção.”

Histórica

Tanto Livianu como Brandão concordam que a forma como o Brasil foi fundado favoreceu a criação da fama de país corrupto. Casos de mau uso de recursos públicos, abusos de poder e nepotismo são comuns desde a época que o país era uma colônia portuguesa.

“Sempre tivemos muita corrupção. A corrupção no Brasil acontece desde o início da história do país. Desde que o Brasil foi colonizado no sistema que incentivava a perda da linha divisória entre o público e o privado. Sistema em que as pessoas vieram para cá para saquear as riquezas. Em que havia grandes jogos de interesse, uma relação absolutamente clientelista”, alega Livianu.

Brandão lembra que a cultura política brasileira passa pelo comportamento do famoso “jeitinho”, de tirar pequenas vantagens, mas afirma acreditar que a formação de uma nova cultura política serve de contrapeso para vencer a corrupção.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

21 JUL 2012

Um combate permanente

■ São inúmeras as fragilidades comumente citadas como sendo as brechas para a disseminação da corrupção: financiamento de campanhas eleitorais, licitações, dificuldade na implementação de políticas públicas, corporativismo nos mecanismos de controle. Na opinião dos entrevistados pela *Gazeta do Povo*, trata-se de problemas estruturais que podem ser resolvidos. No entanto, a corrupção nunca será erradicada e o seu enfrentamento deve ser permanente.

“Em qualquer sistema político sempre há níveis de corrupção”, diz o cientista político e professor da UFPR Ricardo Costa de Oliveira. “Em qualquer lugar do mundo sempre tem essa dinâmica de escândalos, de processos, sempre se corre atrás de prejuízos”, ressalta o professor, que lembra de uma figura um tanto esquecida nos escândalos políticos: o corruptor. “Para que haja o corrupto, tem que haver o corruptor e toda uma cultura empresarial que vive dependendo desta prática.”

A política, uma atividade cara, permeada de interesses e formas de cooptação, além de um potencial mecanismo de enriquecimento individual, se torna um campo sempre sujeito a oportunismos. “A corrupção é intrínseca à própria política”, afirma a professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Rita de Cássia Biason.

De acordo com o antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marcos Otávio Bezerra, a democracia, por mais contraditório que isso pareça, fomenta práticas corruptas por meio do processo eleitoral. “Mas a própria democracia oferece instrumentos possíveis para com-

batê-la”, diz Bezerra. “Assim como educação, saúde, políticas públicas voltadas para o coletivo, é importante que a corrupção também seja colocada como uma preocupação permanente do Estado, não de um governo. Aí, os casos serão tratados da maneira séria como merecem, não politicamente, como vem acontecendo”, explica.

A professora da Universidade de Brasília (UnB) Ligia Pavan Baptista chama a atenção para a mesma questão. “A corrupção é o maior entrave ao desenvolvimento do Brasil”, afirma, amparada pelas estimativas bilionárias do custo da corrupção para o país.

Participação

Aliada às reformas estruturais, a participação da sociedade é apontada como um meio fundamental de combate à corrupção e, ao mesmo tempo, o ponto sujeito aos efeitos mais preocupantes de uma banalização do problema.

“É visível que a corrupção afeta a legitimidade das instituições. No Brasil, afeta principalmente o Congresso Nacional e os partidos políticos. Todavia, essa desconfiância dos cidadãos em relação à política tradicional não significa a desconfiância com relação à democracia, como já foi no passado”, explica o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fernando Filgueiras.

Rita de Cássia Biason também vê a questão de um ponto de vista otimista. “Meu temor não é que a corrupção se consolide, mas que gere uma apatia da sociedade. Mas o fato de as pessoas estarem indignadas com a corrupção que se alastra é um movimento contrário à apatia”, aponta. A pesquisadora reforça, no entanto, que

é preciso haver punição para evitar a indiferença da sociedade. Neste caso, o julgamento do processo do mensalão, que acontece a partir de 2 de agosto, é um capítulo importante — com o que concorda Ligia Baptista.

“O maior perigo da sensação de impunidade para crimes de corrupção no país é produzir essa generalização, e, como consequência dela, uma inércia e um ceticismo em relação à esperança de que nós podemos alterar esse cenário”, destaca Ligia. “Será um grande exemplo para o país se os considerados culpados forem punidos com penas exemplares.”

CONTINUA

“Não somos um país de corrupção endêmica. Temos processos a ser aperfeiçoados. Se a corrupção fosse sistemática, não haveria instrumentos de controle.”

Rita de Cássia Biason, professora e coordenadora do grupo de estudos e pesquisa sobre corrupção da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

“A cultura da corrupção só se desenvolve onde não há noções de ética incorporadas em nossas ações do cotidiano. Não podemos cobrar da classe política honestidade se, em nossas ações diárias cometemos pequenas infrações que comprometem o bem comum.”

Ligia Pavan Baptista, doutora em Ética e professora da Universidade de Brasília (UnB)

“Qualquer caso de corrupção pode vir à tona. Isso cria uma impressão de que há mais corrupção. O que acontece é que eles são mais propalados.”

Francisco Brandão, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

“Assim como educação, saúde, políticas públicas voltadas para o coletivo, é importante que a corrupção também seja colocada como uma preocupação permanente do Estado, não de um governo. Aí, os casos serão tratados da maneira séria como merecem, não politicamente, como vem acontecendo.”

Marcos Otávio Bezerra, antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

“Se discute muito sobre políticos, autoridades, magistraturas, mas as empresas, os fornecedores e o interesse privado, que também corrompem, são muito pouco divulgados. Para que haja o corrupto, tem de haver o corruptor e toda uma cultura empresarial que vive dependendo desta prática.”

Ricardo Costa de Oliveira, cientista político e professor da UFPR

“A corrupção no Brasil não é uma herança cultural ou mesmo algo que esteja preso ao sangue do brasileiro. Seria um tipo de determinismo muito inocente e que não apresenta soluções para este problema. As causas da corrupção estão na manutenção de um padrão tradicional e personalista de se fazer política no Brasil.”

Fernando Filgueiras, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

73.^a 21 JUL 2012

é a posição do Brasil no ranking
de corrupção entre 183 países.

Fonte: ONG Transparência Internacional.

PELO MENOS

R\$ 50,8

BILHÕES

do PIB foram consumidos pela
corrupção em 2010.

57,6 MIL

ESCOLAS

para as séries iniciais do Ensino
Fundamental e

918 MIL

CASAS

POPULARES

nos padrões do programa Minha Casa,
Minha Vida 2 poderiam ser construídas
com essa quantia.

Fonte: Índice de Percepção da Corrupção 2010 – Federação das Indústrias do
Estado de São Paulo (Fiesp).

21 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Após ser cassado, Demóstenes volta a cargo público

» ANISTIA

Procuradoria denuncia mais um militar por crime na ditadura

O Ministério Público Federal denunciou mais um militar do Exército sob acusação de cometer crime durante a ditadura militar. Desta vez, o acusado é o tenente-coronel da reserva Lício Augusto Maciel, de 82 anos, que atuou no combate à guerrilha do Araguaia (1972-1975), no sul do Pará.

É a terceira denúncia do tipo. As anteriores foram contra o coronel da reserva Sebastião Rodrigues Curió, protocolada em março; e contra o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado da Polícia Civil de São Paulo Dirceu Gravina, de abril.

Em ambos os casos, a Justiça Federal em primeira instância rejeitou a abertura das ações. Um dos argumentos dos juízes é que a Lei da Anistia perdoou crimes cometidos durante a ditadura. A procuradoria recorreu.

Na nova denúncia, o tenente-coronel Maciel é acusado do sequestro do guerrilheiro Divino Ferreira de Souza, conhecido como Nunes, desaparecido em outubro de 1973 após ação do Exército de combate à guerrilha.

A procuradoria argumenta que não há provas de que Divino tenha sido morto e considera que ele está desaparecido até hoje, pois seu corpo nunca foi encontrado. O Ministério Público considera que a lei não cobre crimes que tenham persistido após a promulgação da Anistia, em 1979, e como os corpos não apareceram tenta emplacar a tese de sequestro. A tese é semelhante à das denúncias anteriores.

Mais magro, com semblante cansado e de poucos amigos, o ex-senador Demóstenes Torres voltou ontem ao trabalho. Numa sala modesta, e com direito a dois funcionários, o senador cassado está de volta ao local que o projetou como guardião da moralidade — a 27ª Procuradoria de Justiça, do Ministério Público de Goiás (MP-GO).

A volta de Demóstenes foi silenciosa. Após cumprir cinco dias de licença, o procurador de Justiça desceu do elevador privativo sozinho, sem ser notado. Cercado por jornalistas, no corredor e diante da porta, se negou a dar entrevistas. No interior da sala, foi recebido pelo assessor. Pediu e recebeu um cafezinho, cumprimentou dois amigos que o visitaram, depois se trancou.

O MP não informou o salário ou o número de funcionários. Mas, sabe-se que Demóstenes terá de selecionar dois novos auxiliares a que tem direito. Os atuais, são vinculados a outro procurador.

Processo

Oficialmente cassado e inelegível até 2027, o ex-senador vai responder a processo disciplinar, na Corregedoria Geral do MP. O processo visa investigar uma "eventual infringência de dever funcional", dele, como procurador de Justiça enquanto exercia o mandato de senador. Neste processo, explicou um servidor da Corregedoria do MP de Goiás, Demóstenes poderá ser punido com advertência, ou com a demissão do cargo que, em tese, é vitalício. A questão é a acusação de quebra de decoro parlamentar.

21 JUL 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA Mais tempo

Em decisão no início da noite de ontem, o ministro Ayres Britto (foto), presidente do CNJ e do STF, ampliou o prazo para que alguns tribunais de Justiça comecem a divulgar, de maneira individualizada, o salário dos seus servidores. Inicialmente, a determinação do CNJ era para que o Judiciário de todo o país começasse a publicar o salário dos seus funcionários ontem. Entre os tribunais beneficiados com o prazo estendido está o do Paraná. O TJ-PR terá 20 dias a mais para iniciar a publicação dos dados. Os tribunais de Santa Catarina e Goiás foram beneficiados com mais 30 dias e o de Mato Grosso do Sul ganhou mais dez dias para iniciar a publicação. Na segunda-feira, o CNJ deve divulgar um balanço com

todos os tribunais que não cumpriram a resolução e determinar o que será feito para acelerar a divulgação dos salários no Judiciário.



Conversa afiada

Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), é contra a determinação do CNJ para que o salário de todos os servidores do Judiciário sejam divulgados de maneira individualizada. A regra começou a valer ontem.

Quais dados deveriam ser divulgados?

Apenas os salários com os descontos obrigatórios, imposto de renda e previdência social, sem nome de ninguém.

Mas o Poder Judiciário não deve satisfação aos contribuintes sobre o salário dos seus servidores?

Ele deve, mas deve também à conservação de algo tão importante quanto o dinheiro público: a privacidade e a intimidade das pessoas.

Qual a recomendação da AMB diante da resolução? Que não sejam informados os dados determinados pelo CNJ?

Nós temos ponderado sobre esse tema e respeitamos a posição do ministro Carlos Ayres Britto. Nós não vamos deixar de cumprir uma ordem judicial, mas ficamos preocupados com essa quebra de princípios.



21 JUL 2012

GAZETA DO POVO

» SÃO JOSÉ

Rocha Loures pode continuar campanha com vice do PV

O juiz eleitoral Ricardo Augusto Reis de Macedo, de São José dos Pinhais, autorizou o candidato Rodrigo Rocha Loures (PMDB) e a coligação "São José — A Cidade que Sonhamos", formada pelo PMDB e PV, a continuarem a campanha eleitoral. Na decisão, tomada na quinta-feira, Macedo alega que a lei eleitoral possibilita a realização de campanha pelo candidato até o julgamento final do pedido de impugnação. Assim, Rocha Loures pode continuar a campanha com o candidato a vice pelo PV, Marcos da Vidofér, pelo menos até a análise final do processo.

A decisão, porém, não suspende a liminar do mesmo juiz que impugnou o registro da coligação no município na última quarta-feira. O documento atende ao pedido da antiga executiva municipal do PV pela manutenção do apoio à chapa do atual prefeito e candidato à reeleição, Ivan Rodrigues (PSD). O diretório municipal foi destituído no fim do último mês pelo comitê estadual do partido, que decidiu pelo apoio a Rocha Loures.

Balanço

A Coordenadoria Eleitoral do Ministério Público do Paraná (MP) contabilizou, até agora, 491 pedidos de impugnação de candidaturas para as eleições municipais deste ano. A análise é parcial e corresponde às ações ajuizadas apenas pelo MP em 50 das 399 cidades do estado. Segundo a assessoria de imprensa do órgão, a coordenadoria continuará recebendo informações das Promotorias Eleitorais restantes para fechar o balanço das ações.

Os juízes eleitorais analisam se há elementos suficientes para que os pedidos de impugnação sejam validados. Se aceitas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, as contestações devem ser julgadas pelo tribunal até 5 de agosto. Além do MP, os próprios partidos e candidatos podiam apresentar, até a sexta-feira da semana passada, pedidos de impugnação sobre as candidaturas.

JULGAMENTO

PT concentra informações sobre réus com advogados

Por determinação de integrantes da cúpula nacional do PT, as informações sobre os réus do partido no episódio do mensalão deverão ser passadas apenas pelos advogados dos envolvidos no caso.

No próximo dia 2 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar os envolvidos no suposto esquema de compra de voto de deputados em favor do governo federal que teria ocorrido no primeiro mandato do governo Lula, em 2005.

A determinação de direcionar as questões para os advogados de defesa, segundo a reportagem apurou com integrantes da sede nacional do partido, foi repassada para alguns setores do PT no início deste mês.

A decisão ocorreu após o aumento da demanda de informações sobre a atual participação dentro do partido de alguns petistas envolvidos no caso. Entre os réus do partido que serão alvo de julgamento no STF estão o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino, o ex-coordenador de campanha Luiz Gushiken e o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Também respondem pelos suposto envolvimento no esquema integrantes da cúpula de outras siglas como PTB, PP, PR (ex-PL) e do PMDB.

21 JUL 2012

GAZETA DO POVO JUSTIÇA

TJ manda devolver carteira de habilitação de Thor Batista

! O desembargador do TJ-RJ Antonio Carlos dos Santos Bitencourt determinou a liberação da carteira de habilitação de Thor Batista, filho do empresário Eike Batista. Uma liminar suspendeu os efeitos de uma decisão da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias, que havia determinado a apreensão do documento após Thor ser acusado de atropelar e matar o ciclista Wanderson dos Santos, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no dia 17 de março. Thor foi denunciado pelo Ministério Público por homicídio culposo (sem intenção de matar) e teve a habilitação suspensa.

21 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Justiça só decide sobre recurso da TIM na segunda-feira

A operadora entrou com um mandado de segurança ontem, em Brasília. Oi e Claro seguem negociando metas com a Anatel

¶ Ficou para a segunda-feira a decisão da Justiça Federal de Brasília sobre o recurso apresentado pela TIM contra a decisão da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) de suspender a venda de linhas da empresa em 18 estados — entre eles o Paraná — e no Distrito Federal. Além da TIM, Oi — em cinco estados — e Claro — em três — também foram impedidas pela Anatel de comercializar novos pacotes de voz e dados. Somadas, as três operadoras detêm 70% do mercado de telefonia móvel no país.

Segundo a assessoria de imprensa da Justiça Federal do Distrito Federal, o juiz designado, Tales Krauss Queiroz, vai analisar o caso durante o fim de semana e, a princípio, deliberar na segunda-feira.

Caso seja constatada urgência no pedido, a decisão pode ser antecipada para o plantão deste fim de semana.

A Anatel tomou a decisão de suspender as vendas de três das maiores operadoras de telefonia móvel do país após avaliar dados das teles pelos últimos seis meses. Um dos maiores problemas é que as chamadas são interrompidas no meio do telefonema.

Rogério Takayanagi, presidente da TIM Fiber (empresa da operadora italiana que detém redes de fibra ótica), afirmou que a companhia vai apresentar seu plano de investimentos à agência na segunda-feira e discuti-lo na terça-feira.

O executivo disse que espera uma decisão favorável da Justiça, mas ressaltou que vai respeitar a decisão do órgão regulador. Takayanagi afirmou ainda que, pelos dados apresentados pela Anatel, a TIM não conseguiu chegar “à conta” que coloca a operadora como a pior do Brasil. “Não entendemos qual foi a métrica usada pela Anatel, já que ela levou em conta as reclamações feitas na Agência, na TIM, as queixas de queda de chamada e quando a ligação não completa. Estamos esperando o processo ficar público para entender isso. Estamos imaginando que a agência pode ter dado peso maior às reclamações feitas diretamente na Anatel”, avalia Takayanagi.

Em relação ao mandado de segurança, o executivo explica que os argumentos usados pela TIM é que a Agência usou critérios não estabelecidos anteriormente, além da decisão ter sido tomada de forma abrupta. “Além disso, a decisão cria assimetria na concorrência. A TIM não é a pior operadora. Vamos entender quais foram os critérios utilizados e definir um indicador de qualidade. São 30 mil famílias na TIM”, disse Takayanagi.

Oi e Claro também estiveram na Anatel ontem, com o superintendente de serviços privados, Bruno Ramos, e estão trabalhando em seus planos de investimentos e metas.

Leia **Honestidade para todos**: “Os grandes escândalos envolvendo políticos ou membros do Poder Judiciário e amplamente divulgados pela imprensa revoltam boa parte dos brasileiros”.

Honestidade para todos

Sem deixar de lado o alerta em relação às conhecidas práticas de corrupção no poder público, campanhas como a lançada na semana passada pelo Ministério Público Estadual têm em comum a ênfase na necessidade da honestidade no dia a dia

Quando os advogados de Ricardo Teixeira e João Havelange argumentaram que “pagamentos de subornos pertencem ao salário recorrente da maioria da população” brasileira no caso em que os dois dirigentes esportivos eram acusados de receber propina da empresa ISL, a primeira reação foi de indignação. O mesmo havia ocorrido em 1997, quando um relatório preparado pela embaixada norte-americana mencionava a “corrupção endêmica” que existiria no Brasil. Mas, furor nacionalista à parte, a relação do brasileiro médio com a corrupção tem lá seus paradoxos.

Os grandes escândalos envolvendo políticos ou membros do Poder Judiciário e amplamente divulgados pela imprensa revoltam boa parte dos brasileiros — em poucos casos, porém, a população vai às ruas para protestar (quesito no qual estamos muito atrás dos vizinhos argentinos e seus pannels), e a maioria dos cidadãos provavelmente se lembrará apenas do impeachment de Fernando Collor, em 1992, como resultado concreto de uma mobilização popular. Pior: em muitos casos, os responsáveis por desvio de verbas, vendas de votos ou quaisquer outros malfeitos com o dinheiro público acabam reconduzidos pela população a cargos eletivos (foi o caso do próprio Collor, hoje senador), levando essas pessoas a proclamar que foram “absolvidos pelas urnas”. Se por um lado é verdade que muitos desses políticos ainda não tiveram uma condenação judicial em última instância e podem sempre invocar a presunção de inocência, por outro é assombroso que os eleitores depositem tanta confiança em homens públicos cujas ações mostram — às vezes de forma inequívoca — seu envolvimento com ilícitos. Cada eleição indica que, infelizmente, o histórico de corrupção do candidato ainda conta pouco na lista de prioridades da população.

Mas não é apenas com a corrupção “grande”, envolvendo o poder público, que muitos brasileiros são condescendentes. O dia a dia está repleto de pequenos atos de corrupção, que as pessoas preferem justificar como expressão do famoso “jeitinho brasileiro”, o que é uma injustiça com o próprio “jeitinho”, esse talento sadio para contornar situações ou excessos dos regulamentos, sem consequências de ordem moral. O brasileiro reconhece que, em vários casos, existe uma certa “zona cinzenta” entre o certo e o errado na qual é possível se mover — o contrário de uma moralidade de matriz anglo-saxã, que vê apenas o preto e o branco e não consegue perceber que existe uma gradação entre as regras que regem, por exemplo, a formação de uma fila e o uso dos recursos públicos. Quando essas leis ganham o mesmo status moral, uma pessoa que pede para passar à frente na fila em uma emergência é tão infratora quanto quem desvia quantias milionárias. O brasileiro se insurge, com razão, contra esse modo de enxergar a realidade, mas há quem exagere e coloque na conta do “jeitinho” verdadeiras desonestidades.

Uma coisa é o funcionário da companhia aérea aceitar, simplesmente por boa vontade, fazer o check-in de um passageiro faltando 29 minutos para a decolagem, quando o balcão deveria fechar meia hora antes do voo. Outra coisa, bem diferente, é aquele suborno ao policial que para, com razão, um motorista que cometeu uma infração; ou aquela leve alteração nos valores ao preencher a declaração do Imposto de Renda para incrementar a restituição; ou o conhecido “gatonet”. E não faltam exemplos de pessoas que se gabam de tais ações, considerando-se mais espertas que as demais. Diante disso, podemos nos perguntar se não haveria uma lasca de verdade nas afirmações dos advogados da Fifa e do relatório norte-americano.

Justamente por causa de tais situações são muito bem-vindas iniciativas de conscientização como o recém-lançado Movimento Paraná Sem Corrupção, do Ministério Público Estadual, que se junta às campanhas “Não Aceito Corrupção”, do Ministério Público Democrático, e “O que você tem a ver com a corrupção”, de alcance nacional. Sem deixar de lado o alerta em relação às conhecidas práticas ocorridas no poder público, as três campanhas têm em comum a ênfase na necessidade da honestidade no dia a dia. É especialmente louvável a ideia de trabalhar com crianças e adolescentes nas escolas, já que a predileção pelos bons hábitos e a rejeição aos vícios se tornam mais arraigadas quando praticadas desde cedo. Se é verdade que os eleitos são reflexo dos eleitores, uma nova geração de cidadãos menos tolerantes com qualquer tipo de corrupção é garantia de renovação futura, para melhor, nos quadros da administração pública.

22 JUL 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Foi rápido

Não ficou nem mesmo um dia inteiro disponível na internet o nome o respectivo salário de cada um dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). No fim da manhã da última sexta-feira, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio (Amaerj) obteve uma liminar no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e suspendeu a publicação por 60 dias do salário dos magistrados. Já os nomes de todos os serventuários continuam na internet. O TJ-RJ passou a publicar os dados na sexta-feira, devido a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Judiciário.

COLUNA DO LEITOR

Precatórios

Todas as alegações da oposição e do Ministério Público contra o pagamento de precatórios vencidos não invalidam o fato de que os precatórios são efetivamente devidos, que os credores dos precatórios precisam receber. O Estado não pode persistir no calote, não pode prejudicar os credores. Se a compensação é um dos caminhos para a quitação dos débitos, evidentemente que esse caminho deve ser seguido.

Carlos Sergio Capelin

Valério usará decisão do TCU na ação do mensalão

Defesa do publicitário deve pedir ao STF para incluir no processo o entendimento de que seu cliente não se apropriou de recursos públicos

A defesa do publicitário Marcos Valério no processo do mensalão já admite que vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para incluir no caso a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que considerou legal a apropriação, não prevista em contrato, de R\$ 4,4 milhões do Banco do Brasil pelo seu cliente. A polêmica decisão do TCU possivelmente será usada como arma por outros réus para desmontarem a tese do valerioduto e para não serem condenados. O julgamento do mensalão deve começar em 2 de agosto.

Apontado pela Procuradoria-Geral da República como o operador do mensalão, Valério é acusado de desviar recursos públicos para políticos de partidos aliados ao PT no início do governo Lula. Segundo a acusação, parte dos recursos tem como origem um contrato que uma agência de publicidade de Valério, a DNA Propaganda, tinha com o Banco do Brasil.

O contrato original da DNA com o banco previa que a agência tinha a responsabilidade de negociar e pagar aos

meios de comunicação pela veiculação de propaganda do BB. Segundo o contrato, caso na negociação com os veículos houvesse sobre o montante originalmente destinado pelo banco para as campanhas de comunicação, o dinheiro deveria ser devolvido ao BB. Mas isso não ocorreu e Valério ficou com R\$ 4,4 milhões. Parte desse dinheiro, segundo a Procuradoria-Geral, abasteceu o mensalão. E, como o Banco do Brasil é uma instituição da União, caracterizaria apropriação de recursos públicos por parlamentares.

O advogado Marcelo Leonardo, que defende Valério no STF, disse ter “certeza” de que a decisão do TCU favorecerá seu cliente e afirmou que estuda a possibilidade de pedir sua inclusão no processo. Ele sustenta que a retenção dessas comissões pelas agências sempre foi praxe no mercado publicitário, embora o contrato da DNA com o Banco do Brasil previsse expressamente o repasse do bônus ao banco.

Em tese, se o STF acatar o pedido, além de Valério, os réus que receberam dinheiro da DNA poderiam se livrar da acusação de apropriarem-se de recursos públicos.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, informou que deve ignorar o voto do TCU, sob o argumento de que ele está desvinculado do processo do mensalão.

CONTINUA

“O que é feito depois com a legislação foge à minha alçada. Não vou comentar.”

José Eduardo Cardozo (PT), ministro da Justiça e autor da lei que foi usada pelo TCU para considerar legal a apropriação de R\$ 4,4 milhões do Banco do Brasil por Marcos Valério.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 JUL 2012

LEGISLAÇÃO RETROATIVA

Ministro foi o autor da lei que legalizou a situação do publicitário

A decisão do TCU que enfraquece a tese do valerioduto foi tomada com base em uma lei, aprovada em 2010, legalizando retroativamente casos como a apropriação de recursos do Banco do Brasil pelo publicitário Marcos Valério. O autor da lei foi o atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT). A proposta foi apresentada por ele quando era deputado federal, em 2008, três anos depois de o escândalo do mensalão ter vindo à tona. Questionado sobre o assunto, Cardozo disse: "O que é feito depois com a legislação foge à minha alçada. Não vou comentar". Cardozo foi sub-relator da CPI dos Correios, que investigou o mensalão. Encerrados os trabalhos da CPI, o então deputado apresentou o projeto com novas regras para o assunto. "Na CPI, terminei com dúvida sobre o bônus. E houve um entendimento técnico de que não era possível repassar ao contratante [no caso de Valério, ao Banco do Brasil] essa gratificação. A melhor saída era legitimar o bônus", disse o ministro. A lei define que esse bônus é parte da remuneração das agências, ao contrário do que previa o contrato do BB com a DNA.

GAZETA DO POVO

DORA KRAMER

22 JUL 2012

A Praça é da tropa

A partir de 2 de agosto e enquanto durar o julgamento do mensalão, a Praça dos Três Poderes ganhará desenho diferente do original vão aberto ao horizonte.

Haverá policiamento ostensivo constante com tropas da Polícia Militar do Distrito Federal, da Força de Segurança Nacional e dos agentes do Supremo Tribunal Federal, impedindo o acesso direto do público ao prédio do STF.

A montagem dessa logística vem sendo tratada pelo presidente do Tribunal, Carlos Ayres Britto, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em conjunto com a secretaria de Segurança Pública do DF.

Será reforçada a segurança individual dos ministros, cujos trajetos de chegada, entrada e saída do tribunal serão alterados diariamente.

Por mais que os ministros digam que será um julgamento como outro qualquer, há o entendimento de que a realidade não é assim tão simples: querendo ou não, o Judiciário será protagonista de ocasião especialíssima.

Ao mesmo tempo em que examinará um processo inédito na forma e no conteúdo, terá de lidar com outras duas situações se não mais, tão polêmicas quanto.

Eventualmente decidirá sobre temas relativos à CPI do Cachoeira e ainda julgará questões sobre as eleições municipais no Tribunal Superior Eleitoral, integrado por parte dos ministros do Supremo.

Embora o Brasil já tenha assistido ao julgamento na esfera penal de um presidente cassado no Parlamento, a circunstância atual é diversa. Fernando Collor não tinha defensores na sociedade, seu caso não despertava

emoções populares, o grupo político em xeque já não estava no poder e, sobretudo, o STF não desempenhava o papel ativo de hoje nem as sessões eram transmitidas pela televisão.

Desta vez é inegável que de alguma forma o Judiciário estará submetido a julgamento. E isso pode dar margem a manifestações até violentas à medida que forem sendo conhecidos os votos dos ministros, seja se houver tendência para absolvição ou condenação dos réus.

A ideia do policiamento ostensivo é evitar tanto o acesso ao STF quanto o assédio aos ministros para inibir cercos inoportunos.

Advogados, imprensa e todos os interessados devidamente credenciados terão garantidos seus lugares, mas ao público em geral chegou-se à conclusão de que é melhor impor limitações de caráter preventivo.

Nesses dias que antecedem o julgamento que internamente no Supremo é tido como “diferenciado”, os ministros têm recebido advogados dos réus, sistemática visita não como pressão, mas como o exercício do pleno direito de defesa de cada um.

CONTINUA

É inegável que de alguma forma o Judiciário estará submetido a julgamento. E isso pode dar margem a manifestações até violentas à medida que forem sendo conhecidos os votos dos ministros [no julgamento do mensalão].

22 JUL 2012

GAZETA DO POVO

CONTÍNUAÇÃO

Diferente é a interpretação a respeito de gestos mais contundentes — como aquele em que José Dirceu convocou movimentos sociais a saírem às ruas ou declarações que lançam suspeições sobre a lisura dos métodos de exame do processo — vistos como inconvenientes tentativas de coação. A elas os juízes acham melhor não reagir.

Se a cada uma corresponder uma representação ao Ministério Público contra os autores, a avaliação é a de que acabariam contribuindo para tumultuar ainda mais o já conturbado ambiente.

Diante da pressão, a decisão do colegiado é de “engolir em seco” e deixar que as coisas se resolvam no devido tempo.

Ou seja, a partir de 2 de agosto, quando se inicia a primeira fase dos trabalhos com a apresentação de um resumo do processo na voz no relator Joaquim Barbosa, seguida das sustentações orais.

Primeiro fala a Procuradoria-Geral da República pela acusação e depois os advogados de defesa de cada um dos réus. Os trabalhos irão de segunda a sexta-feira, das 14 às 19 horas.

Essa etapa está prevista para se encerrar em 15 de agosto, quando, então, votam os ministros em sessões às segundas, quartas e sextas, na seguinte ordem: o relator, depois o revisor Ricardo Lewandowski e, em seguida, os demais, do mais novo (Rosa Weber) ao decano (Celso de Mello).

Se a maioria for pela condenação, a etapa final será a da definição das penas. A previsão é a de que o julgamento entre pelo mês de setembro e esteja concluído antes das eleições de outubro.

Obra do novo Fórum Cível deve sair do papel em agosto, diz TJ

Presidente do Tribunal de Justiça afirma ter a expectativa de lançar a primeira etapa da construção no mês que vem. Prédio será erguido no terreno da antiga Prisão do Ahú

| Sandro Moser

▮ A construção da nova sede do Fórum Cível de Curitiba deve finalmente sair do papel até o início de agosto. Essa é a expectativa do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Miguel Kfouri Neto. De acordo com ele, a obra está atrasada por questões técnicas do processo de licitação. Isso deve ser resolvido ainda nesta semana.

“A primeira etapa da obra deve ser lançada, se Deus quiser, até o início do próximo mês”, diz Kfouri. O assunto voltou à tona recentemente após o anúncio da desapropriação do Edifício Essenfelder, no Alto da Glória, que passará a ser uma das sedes do TJ. A desapropriação, por R\$ 91 milhões, gerou polêmica, pois há anos a seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) vem alertando sobre os

problemas da atual sede do Fórum Cível e pressionando pela construção de um novo espaço (leia mais na reportagem abaixo). A OAB-PR esperava que essa obra tivesse prioridade no planejamento do TJ.

Críticas

A precariedade das instalações da sede atual do Fórum Cível de Curitiba foi um dos pontos criticados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relatório divulgado em julho de 2010. O relatório apontou uma centena de distorções de ordem administrativa e financeira no TJ que poderiam provocar desperdício de recursos e morosidade no julgamento de processos.

Embora o TJ tenha trabalhado para atingir as metas propostas pelo CNJ para corrigir essas distorções, pelo menos uma delas ainda está pendente de cumprimento integral — a obra do novo fórum.

Segundo o juiz auxiliar da presidência do tribunal e responsável pelo cumprimento das metas do CNJ, Francisco Cardozo Oliveira, desde o ano passado o TJ já empenhou recursos no orçamento para a construção do novo Fórum. A obra só não iniciou em razão do trâmite do processo de licitação.

Oliveira explica que na licitação da primeira etapa do Fórum Cível, em março,

três empresas compareceram ao pregão eletrônico: as empreiteiras Cassol, DM e a OTT. Na fase da habilitação técnica, as três foram impugnadas pela comissão de licitação, mas apenas a Cassol recorreu. Segundo Oliveira, no caso dessa empresa, a comissão aferiu que o engenheiro que tocava a obra tem atestado técnico que não atende a toda a especificação do edital. As outras tinham prazo para impugnar o recurso da Cassol, mas não o fizeram.

Assim, a habilitação será decidida pela presidência do TJ. Kfouri já adiantou que deve aceitar a habilitação da Cassol. Para ele, a empresa foi inabilitada por um detalhe técnico sanável. “Era uma exigência exagerada que adiou em 30 dias uma construção que já estava atrasada.”

CONTINUA

23 JUL 2012

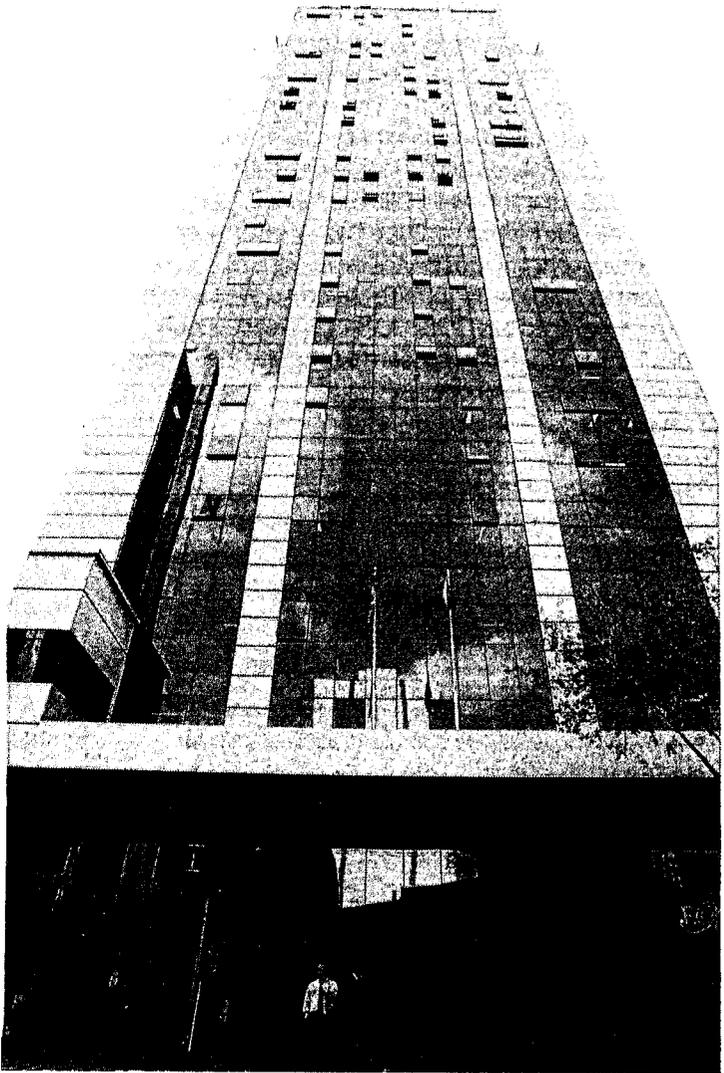
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A partir da homologação da habilitação, o TJ do Paraná precisa definir o preço com a empresa e determinar o início da obra. O valor da primeira etapa é estimado em R\$ 14,5 milhões para a instalação da estrutura de 16 mil metros quadrados no terreno da antiga Penitenciária do Ahú. Uma segunda etapa, que prevê o acabamento do edifício, ainda precisa ser licitada. Desse modo, o custo final do novo Fórum deve ficar em torno de R\$ 45 milhões. Ao final da obra, o espaço físico do novo fórum será dobrado em comparação ao das varas cíveis hoje existentes na capital.

Novo relatório

O relatório do CNJ de 2010 é o último dado objetivo a respeito dos problemas de infraestrutura da Justiça Estadual. Em 2011, uma inspeção do CNJ reavaliou a Justiça paranaense. Mas o novo relatório só deve ser divulgado em setembro.



Edifício Essenfelder: desapropriação, por R\$ 19 milhões, provocou críticas. Para a OAB, novo Fórum seria mais urgente.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Longa espera por nova estrutura

Themys Cabral

A OAB-PR teme que a destinação de R\$ 91 milhões do TJ para a desapropriação do Edifício Essenfelder, no Alto da Glória, adie os planos de construção do Fórum Cível de Curitiba. O prédio, na esquina da Rua Mauá com a Avenida João Gualberto, será a nova "Sede Mauá" do TJ. A aquisição do imóvel gerou polêmica entre profissionais do Direito da capital, que viam mais prioridade para investir no novo Fórum — uma reivindicação de muitos anos dos advogados paranaenses.

Os problemas no atual Fórum Cível de Curitiba são velhos conhecidos dos advogados e da população. As soluções prometidas também vêm de longa data. Já em 2010, uma inspeção feita pelo Conselho Nacional de Justiça no Paraná criticou o espaço reduzido para os cartórios do Fórum Cível. Um diagnóstico informal do Poder Judiciário, feito pela OAB-PR em 2007, também já

PROMESSA

Tribunal garante que a desapropriação não atrasará o novo Fórum

O TJ descarta a possibilidade de a desapropriação do Edifício Essenfelder adiar a construção do novo Fórum Cível de Curitiba. O juiz auxiliar da presidência do TJ, Fernando Cardozo Oliveira, garante que um investimento não impede o outro e que a desapropriação não afetará a obra do novo fórum, já prometida ao Conselho Nacional de Justiça. "Quando o processo de desapropriação foi decidido, a licitação do

mostrava o problema.

De acordo com a OAB-PR, o prédio-esqueleto que ficou por anos abandonado no Centro Cívico de Curitiba serviria ao novo Fórum. Mas jamais foi concluído para este fim, sendo destinado a abrigar o Palácio das Araucárias, do governo estadual, em 2007. Por fim, surgiu o projeto do Centro Judiciário, em 2006, um complexo que seria construído no terreno da antiga Penitenciária do Ahú.

Com tantas idas e vindas, advogados paranaenses têm mostrado preocupação diante da falta de solução para o impasse. "Aquele esqueleto no Centro Cívico era a prova de que como o problema é antigo", afirma o advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto, presidente da OAB-PR entre 1995 e 1997. O advogado Edgard Luiz Cavalcanti de Albuquerque, presidente da OAB-PR entre 1998 e 2000, lembra que, durante a sua gestão, chegou a tomar posse simbolicamente do prédio-

Fórum Cível já estava em andamento havia bastante tempo. O dinheiro para a construção do Fórum já está empenhado e só serve para este fim específico", explica Oliveira. O presidente do TJ, Miguel Kfourli Neto, assegura que o Fórum também é prioridade. "Um grande erro é imaginar que não estamos sensíveis à necessidade de melhora de atendimento dos advogados e do público em geral. Nós estamos fazendo um grande esforço para proporcionar um serviço melhor para a população", diz ele. Segundo Kfourli, a aqui-

esqueleto como forma de chamar atenção para o problema.

Com a notícia da desapropriação do Edifício Essenfelder, a OAB-PR chegou a questionar as prioridades do Judiciário paranaense. "Não digo que vai inviabilizar, mas esta desapropriação deve retardar esta obra [do Fórum Cível]. O gargalo está no primeiro grau e não no segundo grau [o TJ]", diz o atual presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb. "Enquanto não houver um grande esforço para se construir o Fórum Cível, e que isto seja efetivado, novas aquisições para outras finalidades levam descrédito. Os recursos financeiros primeiro deveriam observar essa ordem de prioridade [o Fórum Cível]."

Glomb lembra que o problema no Fórum já se arrasta por quase três décadas. "Curitiba precisaria de mais dez varas cíveis, mas o prédio não comporta ampliação", diz. Glomb, porém, reconhece os avanços do Judiciário paranaense nos últimos anos. "A atual administração tem feito efetivos progressos, mas ainda não é o suficiente. Há um descompasso entre o que existe e a real necessidade de estrutura."

sição do Prédio Essenfelder, que era de propriedade dos empresários Seme e Faissal Raad, também vai melhorar o atendimento. A idela do TJ é que sejam transferidas para a nova sede 14 varas de atendimento ao público. Também devem ser transferidos o departamento que processa todos os recursos do TJ, a estrutura do Funrejus, a Escola da Magistratura e 55 gabinetes de desembargadores e 60 de juízes substitutos. Os atuais inquilinos têm até meados de outubro para desocupar o prédio

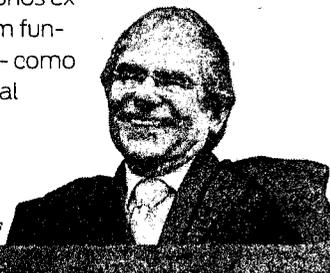
GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Acima do teto 23 JUL 2012

A divulgação da remuneração dos servidores do Judiciário tem revelado que a cúpula dos tribunais brasileiros recebe acima do teto salarial constitucional. No Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, todos os 11 ministros têm remuneração acima do teto constitucional, que é de R\$ 26.723,13. O presidente do STF, Ayres Britto (foto) e os ministros Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, Celso de Mello, Luiz Fux e Rosa Weber receberam, em maio, vencimentos brutos de R\$ 38.570,38. Em junho, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello tiveram remuneração de R\$ 35.630,84. Os salários líquidos dos ministros não ultrapassam o teto. Mas eles recebem diversos tipos de abonos extrassalariais por exercerem funções em outros tribunais – como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – e os rendimentos acabam por ultrapassar o teto.

Carlos Humberto/STF



Aliás...

Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* deste fim de semana mostrou que a remuneração acima do teto salarial é paga a pelo menos 11 presidentes de Tribunais de Justiça (TJs) dos estados.

Censura do mensalão

O presidente da Câmara Federal, Marco Maia (PT-RS), quer impedir que os deputados façam manifestações no plenário da Casa sobre o mensalão durante o julgamento do caso no STF, a partir de 2 de agosto. Ele pretende evitar que o debate político "contamine" o processo judicial. Maia poderá usar o poder que tem, como presidente, de cortar os microfones, caso os discursos falem sobre o assunto. A decisão de Maia já está sendo criticada pelos parlamentares, para quem se trata de censura.

Pinga-fogo

Carlos Humberto/STF



"O Supremo Tribunal Federal não pode ficar variando. Em alguns inquéritos desmembra, em outros não. Em algumas ações penais desmembra, em outras não."

Marco Aurélio Mello, ministro do STF, que sugeriu o desmembramento do processo do mensalão, com o Supremo julgando apenas os 3 dos 38 réus que têm foro privilegiado. Mello foi voto vencido no STF, mas a defesa de alguns acusados deve tentar desmembrar o processo no início do julgamento.

Presos de alta escolaridade

Em cinco anos, mais do que duplicou o número de presos paranaenses com formação universitária. Não há estudos sólidos a respeito, mas tudo indica que avanço se deve ao envolvimento dos mais escolarizados com o tráfico

LONDRINA

Juliana Gonçalves, correspondente

■ Dados do Ministério da Justiça (MJ) mostram que entre 2005 e 2010 aumentou em 113%, no Paraná, a população carcerária com diploma de ensino superior. No mesmo período, no estado, o número de pessoas que conquistaram um diploma cresceu 48%, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda nesse intervalo, o total de presos no Paraná subiu 92%.

A tendência de presos diplomados é nacional. Dados mostram que nos mesmos cinco anos as penitenciárias brasileiras passaram a ter 122% mais detentos com terceiro grau completo. Apesar de não haver estudos conclusivos sobre o assunto, especialistas apontam as drogas como principal causa desse fenômeno. Levantamento feito pela **Gazeta do Povo** nos estabelecimentos penais do Paraná

reforça a hipótese. A análise mostrou que a maioria dos presos com curso superior (41%) foram condenados por tráfico de drogas.

“O tráfico tem mudado o perfil da população carcerária porque a droga não escolhe classe social ou escolaridade. Vai do analfabeto ao doutor”, afirma o doutor em Direito Penal Pedro Marcondes, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Marcondes afirma que outros delitos, como furtos, homicídios e até crimes passionais não raro também são influenciados pela droga.

Ex-diretor da Penitenciária Estadual de Londrina, Marcondes acredita que os chamados “crimes do colarinho branco” — outra hipótese para o aumento de presos com curso superior — ainda não condenam o suficiente para serem significativos nas estatísticas, mas já se fazem notar. “Esses criminosos ficam pouquíssimo tempo na prisão, porque conseguem pagar meios para sair da cadeia”, explica.

Maus lençóis

A aproximação das classes média e alta (maioria entre os universitários) com o tráfico começa com a dependência química. “Quando precisa de droga, o filho do rico não pede dinheiro à família. Ele contrai uma dívida com o traficante e, para pagá-la, é impelido a trabalhar para o tráfico e acaba preso”, ilustra o especialista.

A professora Sandra Regina de Abreu Pires, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina e pós-dou-

tora em Ciências Criminais, ressalta que o grau mais elevado de instrução acaba sendo uma ferramenta importante para o tráfico. “O crime está cada vez mais organizado e o tráfico exige uma logística bem articulada”, pondera.

Sandra chama a atenção para outra mudança no perfil dos traficantes: a participação mais ativa das mulheres (veja ao lado). “Elas sempre tiveram o tráfico como crime casual. Agora, têm aumentado a participação como membros e até chefes de quadrilhas, não mais como apêndice do companheiro”, observa. Os dados do Ministério da Justiça mostram que o aumento no número de mulheres com nível superior entre os presos foi maior do que o de homens.

Sem sucesso?

Em paralelo ao avanço das drogas nas classes mais abastadas, deve-se considerar a democratização do ensino superior. Para o doutor em Direito Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, esse pode ser mais um fator que contribui com as estatísticas. “O sujeito se esforça para custear uma faculdade e depois se frustra com o mercado de trabalho, que não dá a resposta que ele esperava”, afirma, sobre aspectos a serem investigados.

Para Coutinho, a divulgação do aumento de presos diplomados pode servir como alerta para aqueles que se deparam com um mercado pouco favorável. “Foi-se o tempo em que o sujeito que tem curso superior não era apanhado”, pondera.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BACHARÉIS DO CRIME

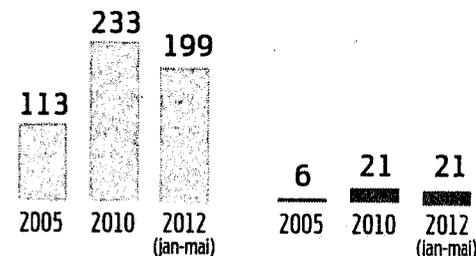
23 JUL 2012

População prisional com curso superior no Paraná representa 0,7% dos presos.

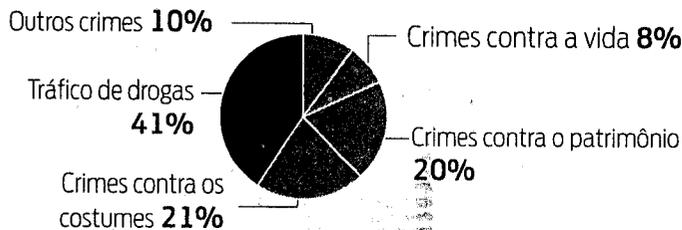
PRESOS DIPLOMADOS NO PARANÁ

Homens

Mulheres



TIPOS DE CRIME



Fonte: Ministério da Justiça/Depen, Seju/Penitenciárias. Infografia: Gazeta do Povo.

VIDA REAL

Sistema prisional é formado por pessoas de baixa instrução

Apesar do crescimento no número de detentos com curso superior completo, esse grupo ainda representa uma parte pequena da população carcerária – cerca de 0,7% do total. A maioria dos presos tem o ensino fundamental incompleto e alguns são analfabetos. A condenação de um preso suspende o seu direito à liberdade, mas não o direito à educação. Em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos com privação de liberdade.

Além de garantir o direito ao ensino, a oferta de educação nas prisões é considerada uma ferramenta de ressocialização. “A educação dá aos presos habilidades e competências para ter um aporte e sobreviver honestamente quando sair”, avalia o jurista Pedro Marcondes. Marcondes alerta para o fato de que, ao lado da educação, a relação com as drogas precisa ter atenção específica no sistema prisional. “Estudos mostram que, ao não se tratar a dependência das drogas nos presos, ainda que se melhore a escolaridade dele, a possibilidade de reincidência é grande”, explica.

“O tráfico tem mudado o perfil da população carcerária porque a droga não escolhe classe social ou escolaridade. Vai do analfabeto ao doutor.”

Pedro Marcondes, doutor em Direito Penal.

CONTRADIÇÃO

Escolaridade versus criminalidade intriga estudiosos

“A remuneração oferecida pelo mercado de trabalho, se comparada aos lucros do tráfico, é irrisória. O traficante ganha em uma semana o que a gente não ganha em um mês”, comenta Sandra Regina de Abreu Pires, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Para ela, a expectativa depositada nas pessoas que investem em um curso superior e o estímulo ao ganho rápido podem estar entre os responsáveis pelo aumento do tráfico de drogas nos círculos mais escolarizados. “A dedicação à carreira, a batalha para conseguir um emprego, isso tudo está ficando longe do imaginário das pessoas. Tudo está estimulando a viver intensamente, não importam os meios”, avalia. Para o sociólogo Fernando Salla, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, a relação entre escolaridade e criminalidade é um paradoxo. Para ele, é constrangedor saber do aumento da criminalidade entre os mais estudados, dado que se deposita tanta fé no poder da educação. “O fato é que o ensino qualifica e habilita as pessoas e isso pode ser usado para qualquer lado”, pondera.

Descrença

Fernando Salla não acredita que as prisões por tráfico de drogas tenham crescido nas classes mais abastadas. Ele aponta o crescimento do tráfico em geral e o aumento da escolaridade da população como explicações para o maior número de presos com curso superior. “O tráfico cresceu muito e o combate ao tráfico também”, avalia.

GAZETA DO POVO

O exemplo

vem de cima 23 JUL 2012

É do comportamento correto do homem público que se estende ao comum das pessoas a noção do que é honesto, ético, moral e sensato na vida cotidiana

A opinião pública ficou estupefata com a revelação de que o secretário municipal de Trânsito de Curitiba, o advogado Marcelo Araújo, havia somado pelo menos 202 pontos em sua carteira de habilitação desde 2003. Isto é, ao longo de vários anos foi flagrado cometendo infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro que lhe custariam a suspensão por 30 dias da habilitação e a realização de um curso de reciclagem para recuperá-la.

Advogado especialista em legislação de trânsito e com a experiência acumulada em anos como membro de órgãos julgadores de infrações — a Jari e o Cetran —, fez correto uso do que lhe permitem os dispositivos legais para recorrer contra as punições. E obteve sucesso em todas as nove vezes em que foi notificado a entregar a carteira ao Detran, cada uma delas correspondente a no mínimo 20 pontos. Encontrava-se ainda pendente um recurso relativo a 22 pontos que somou no ano de 2008 quando, em janeiro deste ano, aceitou o convite para assumir o cargo de secretário de Trânsito do município.

Não se contesta aqui o exercício democrático, um dos pilares do estado de direito, da ampla defesa que empreendeu, obtendo sucessivamente êxitos em suas demandas para manter a regularidade de sua habilitação e o direito de continuar ao volante. O que deve ser observada é a configuração de uma contumaz desobediência às regras mais elementares da legislação de trânsito, o que, com certeza, o desqualifica para ocupar a chefia de um órgão que tem por missão exatamente a de zelar pela segurança e pela legalidade da conduta dos motoristas.

Há no episódio, porém, outros elementos essenciais que não podem ser desprezados. O caso do secretário do Trânsito, pela repercussão e por ser recente, deve ser visto apenas e meramente como emblemático do comportamento comum do brasileiro médio — e das autoridades que o representam — quanto ao respeito às leis, à moralidade e à ética. Mas é preciso frisar que, partindo dele exemplo tão condenável de mau motorista que consegue se safar de penalidades, abriu as portas para que outros sintam-se tentados a seguir a mesma cartilha.

Os sociólogos que melhor entendem a alma do brasileiro identificam nela alto teor de tolerância — uma deformação que, além de atávica, está claramente vinculada ao ainda precário grau de educação do povo, no sentido estrito de escolaridade. Pesquisas têm mostrado que, quanto menor o nível de escolaridade, maior a tolerância, dando-se o inverso à medida que a instrução melhora. No livro *A cabeça do brasileiro*, o cientista político Alberto Almeida transformou a assertiva em números estatísticos: diante da frase “se alguém é eleito para um cargo público, deve usá-lo em benefício próprio, como se fosse sua propriedade”, 17% dos entrevistados disseram concordar com ela — mas entre os analfabetos e os que fizeram até a 4.ª série do ensino fundamental os percentuais ficaram, respectivamente, em 40% e 31%.

É evidente que a estatística revela com acerto o que, na verdade, nos parece óbvio. Mas há algo mais importante que os números não contam e que se resume num dístico popular: “o exemplo vem de cima”. Como mostrou a *Gazeta do Povo* de ontem, bons ou maus exemplos tendem mais a ser seguidos, imitados ou respeitados quando seus autores são detentores de múnus público — isto é, se parte da autoridade um mau exemplo, a tendência é de que as pessoas comuns se sintam previamente absolvidas se agirem da mesma e errada maneira. O contrário é tão verdadeiro quanto, ou seja, é do comportamento correto do homem público que se estende ao comum das pessoas a noção do que é honesto, ético, moral e sensato na vida cotidiana.

Ou seja, o processo civilizatório de um povo — que na essência significa ser mais devoto ao cumprimento das leis, ao respeito pelas normas de convívio social e ao correto exercício de seus deveres e direitos democráticos — passa necessariamente pela educação, mas também pelo exemplo de higidez daqueles que, exercendo funções de responsabilidade pública, o demonstrem cabalmente. Assim, em um cenário ideal, seriam reduzidas as possibilidades de se repetirem casos como o do secretário de Trânsito — episódio que pode até ser considerado de natureza leve quando se constata a gravidade da corrupção que grassa solta e impune nos escalões mais altos da República e contra a qual nosso povo (definido na sociologia como cordial) não coloca em prática o inconformismo necessário.

GAZETA DO POVO

TRE suspende

propagandas

sobre as UPS

Juiz considera que a divulgação da instalação das Unidades Paraná Seguro pelo governo favorece a candidatura de Luciano Ducci à reeleição

Chico Marés

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) suspendeu, no último sábado, a divulgação de comerciais do governo do estado referentes à instalação das Unidades Paraná Seguro (UPS). Na decisão em caráter liminar, o juiz Marcelo Wallbach, Silva considera que a divulgação das propagandas em Curitiba favorece a candidatura do atual prefeito, Luciano Ducci (PSB). A ação foi apresentada pela coligação Curitiba Quer Mais (PDT/PV/PT), do candidato Gustavo Fruet (PDT). O governo e a coligação de Ducci devem recorrer da decisão.

Segundo o juiz, as UPS foram apresentadas em inúmeras matérias jornalísticas como uma parceria entre a administração municipal e estadual. Além disso, Ducci estaria apresentando materiais de campanha com referências a essas unidades. Simultaneamente, o governo do estado estaria veiculando propagandas em grandes veículos de Curitiba falando sobre essas UPS — o que, na



Beto Richa na instalação da UPS da Vila Sabará, na semana passada: uso de publicidade institucional beneficiária Ducci.

avaliação de Wallbach, significa que o governo usa sua publicidade institucional para colocar Ducci em vantagem em relação aos outros candidatos.

Foram representados o governo do estado, o governador Beto Richa (PSDB) e o próprio Ducci — apesar de o juiz ponderar que o prefeito não teria poder de decisão na produção e veiculação dos comerciais. Caso haja descumprimento da determinação, Wallbach estipulou uma multa de R\$ 10 mil por comercial exibido. A Justiça intimou os representados e encaminhou a decisão a todas as emissoras de tevê de Curitiba. Além de suspender a circulação dos comerciais já produzidos, a decisão proíbe novas veiculações de publicidade institucional referente às UPS até a realização

das eleições.

Para um dos coordenadores jurídicos da chapa de Fruet, Luiz Fernando Pereira, a deliberação possibilita novas decisões contra governos estaduais que beneficiem prefeitos candidatos à reeleição. “Esta decisão é rara. Somente em 2004, em Santa Catarina, uma esfera diferente de poder, no caso o governo do estado, havia sido enquadrado por promover um candidato a prefeito”, explica.

Por meio de sua assessoria, o governo do estado se limitou a afirmar que deve recorrer da ação em breve. Também através de sua assessoria, a coligação Curitiba Sempre Na Frente, que apoia a candidatura de Ducci, disse que também deve apresentar sua defesa e contestar a liminar. O prazo para defesa é de cinco dias após a intimação.

21 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Tribunais pedem tempo a CNJ para divulgar salários

Cortes tinham até meia-noite de ontem para disponibilizar dados na internet

Tribunais do país pediram ao Conselho Nacional de Justiça mais tempo para divulgar na internet os salários de seus servidores como prevê a Lei de Acesso à Informação.

O prazo vencia à meia-noite de ontem. Até as 16h, segundo levantamento feito pelo CNJ, apenas 18 tribunais haviam disponibilizado os dados corretamente.

Dos 73 restantes, 8 haviam pedido extensão do prazo: os TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) da BA e do RN, os TJs (Tribunais de Justiça) de PR, MG, GO, SC e MS, além do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Em decisão no início da noite, Ayres Britto, presidente do CNJ e do STF, concedeu 30 dias a mais de prazo para os TJs de SC e GO, 20 dias para o do PR e dez dias para o de MS.

A **Folha** realizou levantamento ontem em 24 Estados. Um tribunal não deu a informação, seis haviam cumprido a resolução até a tarde e dez disseram que a cumpririam até o final da noite.

Os TJs de Minas, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul e Pará afirmaram ter tido problemas técnicos na área de informática ou não ter tido tempo hábil para preparar as planilhas. Nesses Estados, a divulgação ocorrerá em até 20 dias, segundo os órgãos.

O conselheiro Wellington Cabral Saraiva, presidente do grupo de trabalho sobre o assunto no CNJ, disse que era previsível que alguns tribunais tivessem dificuldades.

Segundo ele, os tribunais não têm uma estrutura uniforme de serviços de informática, o que também é um obstáculo no cumprimento da resolução do conselho.

Alguns dos tribunais consultados pela **Folha** afirmaram que não conseguiriam cumprir os prazos exatamente por conta das dificuldades estruturais.

Até a conclusão desta edição, 2 dos 4 tribunais superiores também ainda não haviam divulgado os salários.

O Superior Tribunal Militar informou que estava fazendo "todos os esforços" para cumprir o prazo, enquanto o Tribunal Superior Eleitoral afirmou que os dados seriam publicados a tempo, mas não havia previsão de horário.

Na segunda-feira, o CNJ deve divulgar um balanço com todos os tribunais que não cumpriram a resolução e determinar o que será feito para acelerar a divulgação dos salários no Judiciário.

FOLHA DE S. PAULO

MARTA SUPLYCY

21 JUL 2012

Mulheres sem futuro

O último Censo do IBGE mostrou que 43 mil meninas menores de 14 anos vivem relacionamentos estáveis no Brasil. Como a prática é ilegal, a maioria vive em união consensual, sem registro.

É o retrato de uma cultura atrasada que ainda sobrevive nos grotões de nosso país. Na maioria dos casos, fruto do esquecimento secular por parte dos governantes.

Em comunidades mais pobres, e abandonadas, as próprias famílias são responsáveis pelos casamentos, uma vez que as uniões são vistas como fuga da pobreza. É a transformação em chaga social de um sonho de criança de casar-se vestida de noiva. Mas de que tipo de menina nós falamos?

Certamente não é da mesma menina urbana de um cortiço paulistano ou da de uma favela carioca. Essas têm sonhos possíveis, apesar de; na maioria, inalcançáveis. Falamos de outro mundo, em que, apesar da televisão, o que prevalece é a história e a realidade materna. Destino trágico.

Não muito diferente da sina de milhares de meninas pobres no mundo em desenvolvimento, no qual as mulheres são pressionadas, por motivos diversos, a casar-se e a ter filhos com pouca idade.

Nos países pobres, mais de 30% das jovens se casam antes de completar 18 anos. Muitas meninas enfrentam pressões para terem filhos o mais rapidamente possível, engravidam e morrem de hemorragia. Os maridos não são fiéis e elas, com maior vulnerabilidade por causa da idade, frequentemente também sucumbem a DSTs.

É uma realidade com nuances distintas. Na África ocidental, a fome empurra jovens para o casamento precoce. Pais casam suas filhas mais cedo em busca de dotes para ajudar as famílias a sobreviver.

O Níger tem o mais alto índice de casamento infantil no mundo, com uma em cada duas jovens se casando antes dos 15 anos —algumas delas com apenas sete anos.

No Brasil, a lei é clara ao classificar como estupro qualquer envolvimento carnal com menores de 14 anos. Além de ser crime, essas meninas também sofrem desvantagens em relação a saúde, educação, relacionamentos sociais e pessoais em comparação com aquelas que se casam mais tarde.

O que essas brasileiras vivem é inaceitável. Enquanto não conseguimos tirá-las da miséria —e essa é uma prioridade de nossa presidenta—, temos que protegê-las dessas relações perversas com ações policiais firmes e campanhas para a eliminação do casamento de crianças. Essas relações também impõem uma barreira às comunidades que procuram aumentar os níveis de escolaridade e buscam diminuir os índices de pobreza.

As noivas meninas têm seu futuro comprometido e seus direitos básicos de brincar e estudar violados. Se tornam meninas sem presente e mulheres sem futuro.

21 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça do Rio devolve carteira de habilitação a Thor

DO RIO - Thor, 20, filho do empresário Eike Batista, teve a carteira de habilitação devolvida pelo Tribunal de Justiça do Rio.

A pedido da Promotoria, a Justiça suspendera a CNH até o fim do processo no qual ele é julgado, acusado de homicídio culposo (sem intenção), pelo atropelamento e morte do ciclista Wanderson dos Santos, 30.

Ele também teve a CNH sus-

pensa pelo Detran. Após um mês, passou por curso de reciclagem e a recebeu de volta.

A defesa entrou na Justiça com mandato de segurança alegando que haveria dupla punição: administrativa e criminal. O recurso foi aceito pelo TJ, que considerou a punição administrativa suficiente.

O Ministério Público ainda pode recorrer.

Após tiroteio, advogados protestam em fórum de São José dos Campos

DE SÃO PAULO - Um grupo de cem advogados participou de um ato ontem em frente ao Fórum Criminal de São José dos Campos (a 99 km de São Paulo) para pedir mais segurança.

Na quarta, um homem que era réu num processo entrou no local armado e atirou contra três pessoas. O atirador e um advogado morreram. Outras duas pessoas ficaram feridas.

Com faixas e cartazes, o protesto pedia que o fórum fique fechado até um reforço na segurança e que o Tribunal de Justiça de São Paulo instale portas giratórias na entrada de todos os fóruns do Estado.

Segundo a direção do fórum e a polícia, os detectores de metal da entrada não estavam funcionando. O local também não tinha seguranças armados.

22 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Lista dos tribunais mostra vencimentos acima do teto federal

TSE divulgou ontem folha de pagamento em que figuram oito ministros com ganho de mais de R\$ 26,7 mil em junho

No STJ, que publicou os dados anteontem, todos os ministros receberam acima do teto, entre R\$ 28,8 mil e R\$ 64,5 mil

A divulgação da folha de pagamento dos tribunais brasileiros, que vem ocorrendo após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, mostra que em vários casos magistrados e servidores recebem vencimentos acima do teto constitucional.

Ontem o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) publicou a sua: oito ministros ganharam em junho acima do teto devido a acúmulo de atividade com outros tribunais.

A legislação aceita que valores considerados "gratificação eleitoral", como os pagos pelo TSE a ministros de outros tribunais, não entrem na linha do corte do "abate-teto", um sistema que impede o recebimento além do limite, hoje fixado em R\$ 26,7 mil.

A gratificação é de cerca de R\$ 850,00 por sessão. Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e do STJ (Superior Tribunal de Justiça) acumulam, em sistema de rodízio, atividades no TSE.

ACÚMULO

Em junho, o ministro Dias Toffoli, por exemplo, segundo os registros, recebeu R\$ 26,7 mil, como salário do STF, mais R\$ 10 mil em remuneração líquida pelas atividades no TSE, o que eleva o rendimento mensal a R\$ 36,8 mil.

Além de Toffoli, receberam, em junho, valores acima do teto os ministros do STF Gilmar Mendes (R\$ 28,3 mil), Luiz Fux (R\$ 29,8 mil), Cármen Lúcia (R\$ 32,1 mil) e Marco Aurélio Mello (R\$ 32,1 mil) e os ministros do STJ Gilson Dipp (R\$ 42,8 mil), Laurita Vaz (R\$ 39 mil) e Nancy Andrighi (R\$ 42,8 mil).

Outros cinco servidores inativos receberam valores acima do teto constitucional no TSE. Segundo a assessoria do tribunal, isso se deve a licenças-prêmio acumuladas e não usufruídas quando eles estavam na ativa.

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) também divulgou os salários de seus servidores. O levantamento revela que os 32 ministros do tribunal receberam, no mês de junho, valor acima do teto.

Como no caso do STF, o pagamento é legal, pois há o entendimento jurídico de que vantagens salariais não são levadas em conta para o "abate-teto". Os valores oscilaram de R\$ 28,8 mil a R\$ 64,5 mil. A ministra Eliana Calmon, corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), recebeu R\$ 62 mil. Os valores do STJ incluem parcela relativa a férias.

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

No Tribunal de Justiça de São Paulo, a média dos vencimentos dos desembargadores em junho foi de R\$ 48,9 mil. No Tribunal de Justiça do Amazonas, a média foi de R\$ 57,2 mil.

Isso ocorre principalmente por causa do pagamento da PAE (Parcela Autônoma de Equivalência).

Trata-se de um passivo trabalhista que juízes têm recebido por todo o Brasil devido a vantagens eventuais (diversos tipos de adicionais trabalhistas) e por adiantamento do 13º salário.

São adicionais que os tribunais entendem não incidir sobre o teto.

Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), até sexta 18 tribunais haviam disponibilizado corretamente os salários dos servidores.

22 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Supremo recebe 23 advogados do mensalão

Número se refere apenas a ministros que divulgaram suas agendas na internet, mas visitas podem chegar a 50

“Todos os advogados estão fazendo [o mesmo]. É uma conversa de dez minutos. É mais uma oportunidade de ratificar as teses colocadas por nós da defesa

JOSÉ LUIS DE OLIVEIRA LIMA
advogado de José Dirceu

Segundo a corte, não há ilegalidade nas audiências, em que são expostos os principais argumentos da defesa

Nos últimos 20 dias, às vésperas do julgamento do mensalão, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) concederam pelo menos 23 audiências a advogados dos réus do processo.

O número se refere a cinco ministros — Ayres Britto, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber —, que são os que divulgaram suas agendas de compromissos de junho a julho no site do STF.

Há indicações de que os mesmos advogados se encontraram com todos os ministros do tribunal, o que elevaria o número de audiências para cerca de 50.

Os ministros receberam os defensores do ex-ministro José Dirceu (PT-SP), do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) e do publicitário Duda Mendonça, entre outros.

O conteúdo das conversas entre os ministros do STF e os advogados não é divulgado. A explicação para os encontros reservados é a entrega dos chamados “memoriais”, uma espécie de resumo de tudo o que a defesa alegou ao longo do processo.

O STF informou que “a audiência com juízes é um direito previsto no Estatuto dos Advogados. Isso porque é considerada como parte do exercício da ampla defesa”.

“Não há sequer a necessidade de agendamento prévio. A Advocacia-Geral da União e o procurador-geral da República têm igual direito”, segundo a assessoria da corte.

Nas audiências, os advogados aproveitaram para reforçar alguns pontos da defesa.

“Todos os advogados estão fazendo [o mesmo]. É uma conversa de dez minutos, em que você coloca ali os pontos suscitados. É mais uma oportunidade de ratificar as teses colocadas por nós da defesa”, disse José Luis de Oliveira Lima, defensor de Dirceu.

“O encontro pessoal é fundamental para o direito de defesa, porque o processo é muito extenso, e a linguagem oral facilita explicar determinada situação”, contou o advogado Pedro Velloso, do escritório que defende Duda Mendonça e sua sócia, Zilmar Fernandes.

“Os ministros não fazem juízo de valor, eles ouvem, fazem uma pergunta ou outra”, disse o advogado.



O ministro Carlos Ayres Britto, atual presidente do STF

FOLHA DE S. PAULO

Mensalão à vista

JANIO DE FREITAS

Para a acusação e para os réus, chega a hora em que o escândalo político não substitui mais as provas

22 JUL 2012

A DEZ dias de iniciar-se o julgamento do mensalão, forma-se, entre os que têm acompanhado o caso, o consenso de que o Supremo Tribunal Federal e a opinião pública tendem a chocar-se em muitos dos 38 julgamentos individuais. Para a acusação e para os réus, chega a hora em que o escândalo político não substitui mais as provas, e cobra dos julgadores o máximo de verdade dos fatos e de si mesmos.

O pasmo causado pelo tráfico de dinheiro entre o PT e seus aliados, e os objetivos políticos daí surgidos contra o iniciante governo de Lula, levaram a um tumulto de deduções tanto verdadeiras quanto infundadas. A começar do nome —mensalão— criado pela eloquência metafórica do denunciante Roberto Jefferson, dando a ideia de pagamentos sistemáticos e mensais que não constavam do negócio.

A acusação lida no Supremo pelo ex-procurador-geral Antonio Fernando de Souza, de virulência só usual nos tribunais de júri, submeteu-se bastante ao clima emocional da CPI. Mas não levou mais além as provas de transações financeiras e de ações pessoais obtidas pela Polícia Federal, pela CPI ou por imprensa e TV.

Com isso, muitas acusações ficaram penduradas em deduções que também poderiam ser o contrário do que foram: havia a intuição, mas faltava a comprovação, a evidência. É assim, num dos exemplos mais fortes, a afirmação de que José Dirceu comandava as operações financeiras efetivadas por Delúbio Soares e outros.

Não há dúvida de que Dirceu foi

o estrategista político da eleição e da linha programática do governo Lula. Disso há comprovações. Mas de que, depois, chefiasse “a quadrilha” que montou as artimanhas financeiras, não há evidência. Por que não teria sido Antonio Palocci, o braço do governo que transacionava com os bancos, e que já na campanha lidara com os interessados na política financeira futura e, no governo, lidava com o setor privado respectivo? Palocci não foi cogitado só por ser útil ao sistema financeiro privado? Do qual hoje é o veloz multimilionário “consultor”? Dedução por dedução, sem evidência, uma valeria o mesmo que a outra.

Não se sabe o que vai surgir, no decorrer do julgamento, em fatos e acréscimos esclarecedores. Muitos depoimentos foram tomados no processo judicial, por diferentes juizes, para o trabalho de relator do ministro Joaquim Barbosa. É possível que daí venham provas ainda sigilosas. Ou que venham as respostas não dadas nos depoimentos à CPI. O que Roberto Jefferson fez dos R\$ 4 milhões que, disse, sobraram do dinheiro —o “mensalão”— dado pelo PT para deputados do PTB pagarem dívidas de campanha? E que fez o deputado Valdemar Costa Neto do dinheiro recebido com o mesmo fim?

E, mais importante, quem vai repor o dinheiro do Banco do Brasil, proveniente dos descontos no valor de sua maciça publicidade, não repassados ao banco pela agência de Marcos Valério, como obrigado em

contrato? A propósito, o Tribunal de Contas da União, com parecer da recém-ministra Ana Arraes, acaba de anular a responsabilidade dos dirigentes do BB comprometidos com aquele desvio. Decisão estranha, por vários aspectos.

O mensalão ainda guarda emoções. Muitas delas, é a previsão mais difundida sobre o julgamento, o Supremo não poderia evitar. Apenas lamentar. Mas talvez venha daí a grandeza de um julgamento digno do nome.

22 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Overbooking Com a necessidade de abrigar assistentes dos advogados e jornalistas do mundo todo, o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu se o plenário será aberto ao público durante o julgamento do mensalão.

RPG Joaquim Barbosa consultou colegas do STF sobre a possibilidade de não ler o voto inteiro durante o julgamento. O relator do processo, que sofre de um crônico problema nas costas, estuda a possibilidade de resumir as preliminares e divulgar a versão integral no site do STF.

Pressão virtual Circula na internet uma petição online para que o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli se declare impedido de julgar o mensalão pelo fato de já ter sido advogado-geral da União e ter defendido o PT e líderes como o ex-ministro José Dirceu, réu no processo.

22 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Vacinas necessárias

VICENTE AMATO NETO E RENATO DE ÁVILA **KFOURI**

Há muito é conhecido o poder das vacinas. Quando elas se tornam política pública, reduzem a mortalidade infantil, eliminam doenças e reduzem custos no setor de saúde.

Foi através de amplos programas de imunização que se eliminou a varíola do planeta e que obtivemos o controle de várias outras doenças.

Mas duas inquietudes ainda precisam ser resolvidas: o acesso de todos e o desenvolvimento de vacinas contra doenças negligenciadas — ou, como dizem, “doenças órfãs”.

O acesso obedece à lógica do capitalismo, em que a indústria farmacêutica, que investe no desenvolvimento de novas moléculas e vacinas, recebe o retorno de seus grandes investimentos após o licenciamento desses produtos, aprovados após rigorosos exames feitos pelas agências regulatórias.

Fica evidente que são os países mais ricos, possivelmente os que menos necessitam, que se beneficiam com a inclusão de novos imunizantes em seus programas públicos.

No Brasil, nosso elogiado e copiado Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem sido exitoso não somente pelo número de vacinas contempladas, mas principalmente pelas altas coberturas vacinais atingidas, quase imbatíveis quando comparadas às de outros países.

Contudo, lembramos que existem medidas cogitáveis, como a inclusão das vacinas contra:

O elogiado Programa Nacional de Imunizações ganharia com vacinas contra catapora e HPV e com a busca por imunizantes contra as doenças esquecidas

- A varicela, ou catapora, muitas vezes tida como benigna, mas podendo não raramente apresentar complicações;

- O vírus do papiloma humano (HPV), importante agente sexualmente transmissível capaz de causar verrugas e câncer em homens ou mulheres;

- Hepatite A, que representa importante agravo à saúde.

Essas vacinas citadas são hoje administradas somente em serviços privados de imunização.

Outros avanços ainda esperados são: ampliar o emprego da anti-hepatite B para todas as idades, expandir a utilização da vacina contra a meningite entre os adolescentes, contar com a prevenção da coqueluche em adultos, além de disponibilizarmos as protetoras de pneumonias de maneira mais efetiva para os idosos.

A propósito de males esquecidos, precisamos investir no desenvolvimento de imunizantes contra a dengue, a malária, a tuberculose, a AIDS e a hepatite C.

Convém conhecer quem estará à frente dos processos de pesquisas e

desenvolvimento dessas novas vacinas. Os laboratórios públicos não conseguem competir com o investimento da indústria farmacêutica privada. As exigências, acertadamente cada vez mais severas para licenciar novos produtos, demandam estudos dispendiosos e com um enorme número de envolvidos.

Por isso, ficamos reféns de interesses no âmbito da produção de imunobiológicos, e assim ocorrem menos benefícios em países pobres.

Algumas iniciativas como a GAVI (Aliança Global de Apoio às Imunizações) e os altos investimentos em imunização da Fundação Bill e Melinda Gates, fervorosos apoiadores dos progressos em imunizações, talvez não sejam suficientes para reduzir o grande abismo que há entre as nações. Entretanto, certamente são diligências como essas que estabelecerão o tamanho da diferença.

É hora de pensarmos em promoção de saúde através da prevenção, e não somente o intento de curar pessoas alcançadas por distúrbios indesejados. Agir assim requer esforços e investimentos muito maiores, sempre recordando que aliviar o sofrimento humano não tem preço.

VICENTE AMATO NETO, 84, médico, é secretário da Comissão Permanente de Assessoramento em Imunizações da Secretaria de Saúde de SP. Presidiu a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm)

RENATO DE ÁVILA KFOURI, 47, médico, é presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm)

22 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Processo civil

Os senhores juízes que escreveram o texto “Por um processo civil justo” (Tendências/Debates, 18/7) não tiveram coragem e ousadia de exercer a sagrada profissão de advogado. Preferiram um concurso público para garantir salário e estabilidade, além de inúmeros benefícios absurdos e injustos — felizmente, agora do conhecimento da sociedade brasileira, que, evidentemente, não aceita tal aberração.

Por dever legal de respeito à classe dos advogados, eles devem manifestar publicamente pedido formal de desculpas aos profissionais da advocacia.

PAULO RENATO SEIBEL (Novo Hamburgo, RS)

FOLHA DE S. PAULO

Por um processo civil justo

JOSÉ JÁCOMO GIMENES E MARCOS CÉSAR ROMEIRA MORAES

O advogado é pago duas vezes na nova lei, pelo vencido e pelo cliente. O vencedor ficaria sem indenização pelos gastos com o advogado, que teria prioridade

18 JUL 2012

O sistema judicial brasileiro está passando por um momento histórico. Tramita na Câmara o projeto do novo Código de Processo Civil, representando esperança de aprimoramentos e Justiça mais rápida. A oportunidade deve ser aproveitada. Temos de buscar um diploma legislativo técnico, justo e sem influência de interesses particulares.

O projeto do novo Código de Processo Civil, entretanto, carrega um artigo longo, o 87, com 13 parágrafos e nove incisos, que é desnecessariamente corporativo e injusto com os milhões de cidadãos que são obrigados a buscar o Judiciário. Se mantida, a impropriedade refletirá um processo civil defeituoso e um Judiciário institucionalmente injusto.

O artigo 87 começa com uma mudança sutil. Determina que o vencido no processo pague honorários ao advogado do vencedor.

A mudança contraria a histórica regra do artigo 20 do Código de Processo Civil em vigor, que determina que o vencido no processo indenize o vencedor, pagando as despesas do processo e honorários advocatícios, verba conhecida como honorários de sucumbência.

A sutil mudança do titular da verba contraria a própria lógica e funcionalidade do processo judicial. Como está no projeto, o vencedor do processo fica sem indenização do que gastou com seu advogado. Por exemplo: se gastou 20% com seu advogado, receberá somente 80% de seu direito, ofendendo o princípio da reparação integral.

Se mantida a mencionada alteração, o advogado do vencedor vai receber honorários de duas fontes: de seu cliente, por força de contrato, e do vencido, por determinação da lei.

A verba do vencedor vira em uma espécie de tributo corporativo, desnecessário e sem fundamento constitucional. O vencedor, se quiser ressarcimento do valor gasto com o advogado, terá que propor um outro processo judicial, nesse caso onerando exageradamente o vencido.

O projeto, nesse ponto, privilegia os interesses financeiros do advogado, desprotegendo ruinosamente o jurisdicionado. O respeitável profissional da advocacia tem competência para combinar seus honorários por contrato, como fazem todos os outros profissionais liberais, não sendo necessário legislação impositiva para incrementar seus ganhos.

Não é a primeira vez que ocorrem avanços sobre a verba indenizatória da parte vencedora. O estatuto da OAB já lançou normas transferindo a verba para o advogado. O imbróglio foi levado ao STF, num processo demorado e resultado intrigante.

A forte tendência da Corte para declaração de inconstitucionalidade da transferência da verba foi suplantada por uma questão processual menor, sem julgamento da controvérsia central. O resultado foi somente a declaração de inconstitucionalidade de regra de transferência em relação aos advogados empregados, com mínima aplicação.

Uma segunda mudança, no parágrafo 3º do artigo 87, consistente em um “tabelão” de honorários de sucumbência, com percentuais mínimos atrelados ao valor da causa, para processos contra o Estado.

O “tabelão” modifica substancialmente a sábia regra do parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil em vigor, que deixa para o juiz a fixação dessa verba, sempre sujeita a recurso. O “tabelão” é uma ofensa ao princípio do livre convencimen-

to do juiz e pode gerar ganhos injustificáveis em demandas milionárias repetitivas contra o Poder Público.

Por último, duas outras inovações comportam considerações. O parágrafo 10 do artigo 87 declara que os honorários de sucumbência tem natureza alimentar, tipo de crédito que tem privilégio constitucional na ordem de pagamento por precatórios. O parágrafo 11 autoriza o pagamento desses honorários em nome da sociedade de advogados, pessoa jurídica, com tratamento fiscal bem mais benevolente.

Em resumo, a verba indenizatória do vencedor do processo, em passe de mágica, é transferida para o advogado e transformada em verba alimentar, com possibilidade de pagamento em nome de pessoa jurídica.

Assim, grandes empresas jurídicas poderão receber honorários de sucumbência vultuosos, com vantagens fiscais, bem antes de seus clientes receberem o crédito principal. O acessório passa a ter privilégios não concedidos ao principal.

O artigo 87 do projeto do Código Processual Civil deve ser revisto, sob pena de institucionalizar injustiça para quem procura o Judiciário para resolver seus conflitos.

JOSÉ JÁCOMO GIMENES, 55, professor da Universidade Estadual de Maringá, é juiz federal

MARCOS CÉSAR ROMEIRA MORAES, 45, é juiz federal. Foi promotor de Justiça

23 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Mapa da violência

Levantamento sugere que morte violenta de jovens está associada à urbanização precária e à ausência de políticas públicas específicas

De 1981 a 2010, 176.044 crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil. Neste período, o chamado país do futuro registrou, em média, 16 pessoas com até 19 anos de idade mortas a cada dia.

A média diária ajuda a dimensionar o tamanho da tragédia, mas oculta um dado ainda mais alarmante. O número de homicídios nessa faixa etária é proporcionalmente maior atualmente do que foi no passado.

Em 1980, a taxa de assassinatos de crianças e adolescentes era de 3,1 por 100 mil. Essa quantia cresceu constantemente ao longo do tempo e, em 2010, chegou a 13,8. O aumento de quase 350% em três décadas coloca o Brasil num desolador quarto lugar entre 99 países.

Os dados constam do “Mapa da Violência 2012 - Crianças e Adolescentes no Brasil”, pesquisa que evidencia a penúria das políticas de segurança para essa faixa etária.

Nas três décadas consideradas pelo estudo, as mortes naturais nesse grupo populacional caíram de forma acentuada: em 2010, a taxa representava menos de 25% da observada em 1980.

Com as curvas de mortes naturais e homicídios avançando em direções opostas, a participação dos assassinatos no total de óbitos de crianças e adolescentes

saltou de 0,7% para 11,5%.

Especialistas tendem a afirmar que o crescimento de mortes violentas resulta de uma série de fatores que se manifestam de forma desigual nas regiões do país.

É verdade que as estatísticas evoluem de modo irregular entre os Estados, mas se repetem alguns padrões. Por exemplo, entre as seis capitais com as maiores taxas, cinco são do Nordeste. E São Paulo e Rio de Janeiro, que uma década atrás estavam entre os Estados mais violentos, melhoraram.

Conjugadas, as constatações sugerem que a urbanização crescente e desordenada sob impulso de surtos econômicos tende a provocar desequilíbrios que se traduzem na segregação espacial de comunidades inteiras. A melhoria de indicadores econômicos, portanto, não basta para diminuir o número de homicídios.

Sem políticas públicas adequadas, muitos jovens acabam buscando em gangues ou no crime uma forma perversa de inserção social. Com armas de fogo à mão, assassinatos nessa faixa etária são um resultado quase incontornável.

Interromper essa equação lúgubre requer investimentos em ações dirigidas aos jovens. Estudos dos EUA sugerem que ações preventivas, como supervisão escolar frequente, geram economia de até 90% do que se gastaria sem elas.

A falta de investimentos dessa natureza indica que, como em tantos outros casos, também neste o Brasil está despreparado para o próprio crescimento.

23 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Moradores de área contaminada acionam construtora na Justiça

Gafisa nega que tenha deixado de informar problema aos proprietários

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

Depois de descobrirem que moram sobre uma área contaminada, quatro moradores do condomínio Mansão Imperial, em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), entraram na Justiça contra a construtora Gafisa.

A principal alegação deles é que não houve transparência durante o processo de venda dos apartamentos, avaliados em mais de R\$ 1 milhão.

De acordo com os documentos exigidos pela Cetesb, a agência ambiental paulista, o problema era totalmente conhecido pelos construtores desde o início do ano passado, pelo menos.

Porém, nenhum comprador foi informado da contaminação naquele período, dizem os moradores, que agora

decidiram acionar a Justiça.

O principal problema, segundo a advogada que representa os quatro proprietários, é a desvalorização do bem que eles adquiriram.

“Quando o consumidor lesado precisa vender sua unidade, o futuro comprador deverá ser avisado e isso pode levar ao fracasso da próxima transação”, afirma a advogada Vanessa Baggio.

Por causa da contaminação, a advogada pede uma indenização de 20% do valor atual do imóvel. “Mas é o juiz que vai analisar essas quantias, caso a caso.”

DEFESA DO CONSUMIDOR

Nos processos, a tese jurídica defendida por Baggio está alicerçada no artigo 12 da Lei de Defesa do Consumidor.

O texto diz que o construtor responde, independente-

mente da culpa, por informações insuficientes ou inadequadas sobre utilização e riscos do bem comercializado.

Tanto o Mansão Imperial, que tem duas torres, quanto o Nova Petrópolis Prime Life, que tem três prédios, estão sobre o mesmo terreno classificado como contaminado.

O local, até o início dos anos 2000, era ocupado por uma fábrica de plástico.

Uma parcela superficial de solo e água subterrânea da área estão contaminadas por metais pesados.

A Cetesb diz que não há risco para os moradores, mas proibiu a perfuração de poços no local e quer a realização de novos estudos.

A construtora Gafisa afirma que cumpriu todas as exigências da Cetesb e que sempre avisou os clientes da contaminação da área.

23 JUL 2012**NOVOS PRÉDIOS**

Serão inaugurados ainda neste ano, dois novos prédios do TJ que irão abrigar diversas Varas e departamentos. A realocação dessas unidades tem o objetivo de proporcionar aos jurisdicionados o atendimento em construções sólidas e funcionais. Um dos prédios funcionará na rua Álvaro Ramos s/n, no Centro Cívico e irá abrigar os departamentos de Patrimônio (DP) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC). A obra, que possui uma área de 7.411 m², se encontra na etapa de revestimento e acabamentos e sua previsão de entrega é para o mês de dezembro deste ano. Já no segundo prédio, que tem previsão de entrega para o próximo mês de setembro, irão funcionar da 1ª a 8ª Varas de Família e a 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude. Este prédio, que foi locado pelo TJ, possui 8.800 m², e funcionará na rua da Glória nº 290, no Centro Cívico.

FÓRUMS DESCENTRALIZADOS

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça definiu, por meio da Resolução nº 50/2012, a competência e abrangência territorial do Fórum de Santa Felicidade, que foi instalado no dia 4 de julho, e do Fórum da CIC, que será instalado ainda neste ano. De acordo com a Resolução, o Fórum descentralizado da Cidade Industrial, abrangerá os bairros Augusta, Cidade Industrial, Riviera e São Miguel. Já o Fórum de Santa Felicidade irá atender a população dos seguintes bairros: Butiatuvinha, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Cascatinha, Lamenha Pequena, Mossunguê, Orleans, Santa Felicidade, Santo Inácio, São Braz, São João, Seminário e Vista Alegre. O objetivo da instalação dessas unidades é aproximar a Justiça da população, por meio da descentralização do Poder Judiciário, com a finalidade de garantir o acesso de todos os cidadãos à Justiça.

POSSE

O juiz substituto Cezar Ferrari tomou posse na terça-feira (17/7) para exercer o cargo na 22ª Seção Judiciária com sede na comarca de Cambé. A cerimônia foi dirigida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, que recepcionou o novo juiz assegurando ser uma cerimônia singela, mas rica e revestida de muito significado.

HOMENAGEM

O desembargador Celso Seikiti Saito foi homenageado na quinta-feira (18/7) na 14ª Câmara Cível pela Associação dos Magistrados do Paraná, pelos anos dedicados à magistratura. O magistrado Gil Guerra, representando o presidente da Amapar, fez elogios ao ilustre desembargador pelo trabalho e dedicação exercido no Poder Judiciário. A entrega da homenagem foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros. Além dos magistrados que compõem a 14ª Câmara Cível, participaram da homenagem integrantes da cúpula diretiva do TJ, diretores da Amapar, familiares, advogados e servidores judiciais.

DESPACHO ITINERANTE

Tendo em vista tornar mais ágil e eficiente o processo de despachos, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, passou a despachar com os diretores junto aos departamentos, de forma alternada, mantendo os dias da semana previamente estabelecidos, ou seja, às terças e quintas feiras, à tarde. Com isso, o presidente Kfourri aproveitará para conhecer mais de perto a estrutura de cada setor, suas necessidades e as atividades relativas a cada departamento. O primeiro despacho realizado no novo molde aconteceu no Departamento do Patrimônio na terça-feira (17/7).

PLANO DE CARREIRA

O juiz auxiliar presidente da Comissão do Plano de Carreira do TJ, Frederico Mendes Junior, reuniu-se na terça-feira (17) com representantes do Sindijus, Assojepar, Anjud, Assejus e Assejur, que também integram a referida Comissão. Na reunião, entre outros assuntos tratados, foi apresentado ao magistrado uma Minuta de Anteprojeto de Lei para a reativação do cargo de Oficial de Justiça e outra referente aos técnicos cumpridores de mandados em suas funções. O presidente da Comissão irá apreciar essas minutas e, no próximo encontro apresentará seu parecer.

GRAVAÇÃO DAS SESSÕES

O desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do TJ, participou na sexta-feira (13/7), da demonstração realizada na sala do Pleno, do novo sistema de gravação em audiovisual. O sistema vai permitir que todas as Sessões do Órgão Especial e dos Órgãos Julgadores sejam gravadas. O método que deverá entrar em funcionamento ainda este ano já teve realizadas duas gravações experimentais. Uma delas, foi na prova oral do concurso para juiz Substituto (2011) e a outra, no mutirão do Júri, ambos em salas do prédio anexo do TJ. O procedimento atende à Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que diz respeito à Lei da Transparência.

COMPROMISSO

Representantes dos partidos e/ou das coligações partidárias, dos municípios de São Jerônimo da Serra, Nova Santa Bárbara e Santa Cecília do Pavão, firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta e outros procedimentos acerca da Propaganda Eleitoral, referente às eleições municipais do corrente ano. O referido termo que tem o objetivo de preservar a tranquilidade das eleições e o respeito aos eleitores e normas eleitorais, foi firmado no Edifício do Fórum da Comarca de São Jerônimo da Serra, perante a juíza Eleitoral da 63ª Zona Eleitoral, Poliana Maria Cremasco Fagundes Cunha e o representante do Ministério Público Eleitoral, Thiago Artigas Niclewicz.

DESIGNAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, designou, por meio da Portaria nº 2486-D.M, o dia 9 de agosto para a solenidade alusiva à instalação da 4ª Vara Criminal da comarca de Cascavel. O desembargador Paulo Roberto Hapner irá presidir a cerimônia.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Giani Maria Moreschi (1º grau) e Themis de Almeida Furquim Cortes (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 23 a 30 de julho. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

23 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURK



Cícero Urban:
entre os homenageados

PERSONAGENS DO BEM

O Ministro Paulo Bernardo, os médicos Dagoberto Hungria Requião e Cícero Urban, os empresários Guilherme Beltrão de Almeida e Carlos Alberto Rieping foram alguns dos 20 homenageados com o prêmio "Personagem do Bem", que a Casa dos Pobres e Albergue São João Batista entregou sábado, dia 21, em comemoração aos 58 anos de fundação da entidade. A premiação, "é o reconhecimento a alguns ilustres cidadãos pelo notável envolvimento com obras sociais e, particularmente, com a nossa instituição", afirma Rafael Pussoli, presidente da Casa.

PERSONAGEM DO BEM - 2



Desembargador Osires Fontoura

Este ano, o prêmio contemplou também pessoas já falecidas, como o Arcebispo Dom Eugênio Sales, o sacerdote Manuel Correia Orellana, o Desembargador Osiris de Jesus Fontoura e o jornalista Creso Luiz de Moraes. Todos com memorável história de dedicação à favor da coletividade.

A solenidade foi no auditório da Casa dos Pobres e Albergue São João Batista, na Rua Piquiri, 326, esquina com Brasília Itiberê, seguida de um singelo coquetel com degustação dos produtos produzidos pela padaria Flor de Maio, que funciona na própria instituição.

PERSONAGEM DO BEM - 3

A Casa dos Pobres e Albergue foi fundada em 18 de julho de 1954, pelo ferroviário Januário Alves de Souza, que deu início a sua construção com os "dormentes" que juntava em suas viagens entre o Paraná e Santa Catarina. A entidade atende a população migrante do nosso estado e de outras regiões, dando hospedagem a doentes crônicos e carentes que aqui chegam em busca de tratamento de saúde. Nestes 58 anos de existência já atendeu mais de dois milhões de pessoas. Diariamente abriga em torno de 250 pessoas, servindo aproximadamente 1.250 refeições/dia. Informações/doações: (41) 3333-8373.

23 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

A CONDUTA E O DIREITO PENAL

Que país é este onde ainda se mata juiz, promotor, jornalista.
E o povo?

***Jônatas Pirkiel**

É repugnante saber que ainda no Brasil o crime, se é que se pode dizer organizado, mata juiz, promotor, policial e o povo de um modo geral, no último caso, quando não paga a droga que compra, quando seus filhos se envolvem com o tráfico, quando denunciavam bandidos. É uma sociedade indefesa, onde os criminosos fazem e desfazem e estão na cadeia somente os pobres, ainda quando cometem crimes famélicos ou de bagatela.

Do assassinato recente no Rio de Janeiro, da juíza Patrícia Acioli, com 21 tiros, na madrugada de sexta-feira, 12 de agosto de 2011, nem a imprensa fala mais, e o processo deve chegar a conclusão que foi o "mordomo" o assassino. Também ninguém fala mais do assassinato do promotor Francisco José Lins do Rego, também numa sexta-frei-

ra, do dia 25, do ano de 2002, com 16 tiros, porque apurava a máfia dos combustíveis em Minas Gerais. Agora, daqui alguns meses, ninguém vai falar da morte covarde, no dia 17 de julho de 2012, com apenas 2 tiros, do agente da Polícia Federal, Wilson Tapajós Macedo, dentro do Cemitério Campo da Esperança, bem pertinho do "poder", em Brasília, quando visitava o túmulo dos pais.

Por certo, a investigação deverá concluir que o mandante foi o "porteiro", o mesmo que acontece, via de regra, em relação a todos os outros casos de vingança, acerto de contas ou queima de arquivos. Neste caso, dada a semelhanças com tantos outros assassinatos de autoridades e de pessoas simples, não há como não concluir que o crime foi de mando. O agente da Polícia Federal teve participação funcional na apuração do caso que envolve o con-

traventor Carlinhos Cachoeira, cuja gravidade da investigação já havia afastado do processo inclusive o juiz federal que o presidia.

A apuração deste caso deve merecer, a exemplo dos outros que até hoje não apresentam solução, todo o empenho da Polícia Federal, não porque se trata de um policial, poderia ser a juíza, o promotor ou o jornalista. Mas porque este tipo de conduta criminosa atenta contra o "estado democrático de direito" e até mesmo contra a "ordem pública", ao se admitir que bandidos possam matar pessoas, independentemente de sua importância no aparelho social, e ficarem impunes...

Se o Estado está sendo humilhado pela criminalidade, como ficará o povo?

* O autor é advogado criminalista
(jonataspirkiel@terra.com.br)

Cotista

Estudante que cursou apenas a 2ª série do ensino fundamental em instituição particular com bolsa integral e o restante em escola pública deve ser aceita como cotista pela Universidade Federal do Paraná. A decisão foi da 3ª Turma do TRF da 4ª Região, que entendeu que, nesse caso, deve ser usado o princípio da razoabilidade.

Fórum

Estão abertas as inscrições para o II Fórum Internacional de Cooperação Jurídica, Notarial e de Registro que será realizado nos dias 30 e 31 de julho em Punta Del Este, no Uruguai. O objetivo é discutir as práticas de cada país para buscar padrões únicos para os procedimentos previstos no Código Civil. O evento é promovido pela Escola Nacional de Direito Notarial e de Registro e pela Escola Nacional de Magistratura com apoio da Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Informações e inscrições: <http://www.anoreg.org.br/forum/> e (61) 3323-1555.

Pontes de Miranda

Em comemoração aos seus 100 anos, a Editora RT reedita o Tratado de Direito Privado, de Pontes de Miranda. Foram convidados 23 juristas de todo o Brasil para atualizar os livros. Desta lista, dois profissionais são paranaenses, os advogados Alfredo de Assis Gonçalves Neto e Luiz Edson Fachin. São aproximadamente 40 mil páginas, em 60 volumes. A coleção completa do Tratado de Pontes de Miranda está disponível no site da livraria da RT: www.livrariart.com.br

23 JUL 2012

Antecedentes

A Lei 12.681, sancionada no último 5 de julho, modifica o Código de Processo Penal para determinar que nos atestados de antecedentes fornecidos pelas autoridades policiais não sejam mencionadas quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.

Maternidade

A Justiça Federal de Canoas (RS) reconheceu a um morador de Porto Alegre o direito de receber salário-maternidade. A mãe do bebê morreu 11 horas após o parto, e o trabalhador irá cuidar da criança.

Futebol

O Conselho Pleno da OAB Paraná, decidiu, por eleição, indicar os advogados Leandro Souza Rosa e Davis Kung Bruel para compor o Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) da Federação Paranaense de Futebol, nas vagas destinadas à OAB do Brasil.

Visual

Uma Juíza do carioca proibiu a entrada no fórum Cível de uma cidade no interior do Rio de Janeiro de qualquer pessoa trajando decote, saia, camiseta, shorts, bermuda e similares.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 445 do STJ

As diferenças de correção monetária resultantes de expurgos inflacionários sobre os saldos de FGTS têm como termo inicial a data em que deveriam ter sido creditadas.

'O eleitor também é o responsável pela política'

● Alerta é do promotor Armando Sobreiro Neto, da Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais, que atuam nas 206 zonas do Paraná



“É preciso criar uma cultura cívica. As pessoas precisam entender a real importância do voto e também ter consciência de que elas são responsáveis pelo que acontece na política. O voto não é só aquele instante, na urna, ele se reflete nos quatro anos seguintes”, afirma o promotor de Justiça Armando Sobreiro Neto, da Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais.

Para ele, a democracia está consolidada no país e as eleições acontecem periodicamente sempre dentro da normalidade institucional, mas é preciso que o eleitor, que o cidadão, cumpra realmente o seu papel com responsabilidade.

“É nosso papel saber eleger bem. O cidadão tem que entender que a política é essencial para a sociedade. Que os partidos e os políticos também são agentes de transformação”, diz, alertando que a desqualificação da política não atende aos interesses da democracia.

“Falar mal da política, dos partidos e dos políticos é fácil. Mas é emblemático que as pessoas não são críticas quando avaliam qual é o próprio grau de participação neste importante setor da vida de todos.”

Segundo ele, um exemplo que revela as contradições desta situação é como as pessoas tratam questões bem próximas do seu cotidiano. “As pessoas dizem da política o mesmo que fazem com relação às reuniões de condomínio. Reclamam de

tudo, mas não participam. Isso nos locais onde elas próprias moram. Então, acabam reproduzindo o mesmo comportamento para com a política”.

Sobreiro critica uma atitude considerada por muitos como normal em época de eleição. “É a ideia de que se deve levar alguma vantagem para se votar em determinado candidato. Assim, querem algo em troca do voto, uma linguçada, um churrasco, cesta básica, material de construção. Fazem do voto mercadoria e depois querem que os políticos sejam corretos e não corruptos”. Para ele, o eleitor deve ser crítico. “Não basta só reclamar.”



CARLOS KASPCHAK
METRO CURITIBA



RODRIGO FÉLIX LEAL / METRO CURITIBA

“O eleitor também pode ser protagonista na fiscalização do processo eleitoral e denunciar as irregularidades ao Ministério Público”

ARMANDO SOBREIRO, PROMOTOR

21 JUL 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninha

Todos os ministros do STJ ganham acima do limite

Os 32 ministros em exercício no Superior Tribunal de Justiça (STJ) receberam no mês passado acima do teto constitucional de R\$ 26,7 mil, conforme a lista salarial divulgada ontem pela Corte no seu site, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação. Na média, o vencimento bruto dos ministros foi de R\$ 37 mil, ou R\$ 29,7 mil líquidos. O tribunal informou que essa soma inclui as vantagens pessoais e eventuais, que não contam para efeito de teto. Mais de 100 servidores, pelo mesmo motivo, também ganharam acima do limite.

Em seis casos, o contracheque ficou acima de R\$ 50 mil, entre os quais o da corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, R\$ 62 mil brutos. O campeão do mês foi o ministro Massami Uyeda, R\$ 64,5 mil. Em todos esses casos, o valor alto se deveu à antecipação de férias, mais o abono de um terço a que todo trabalhador tem direito, segundo explicou o tribunal. Os outros com salário gordo foram Napoleão Maia (58), Teori Zavascki (58), Antônio Ferreira (56) e Ricardo Cueva (56).

O STJ foi o terceiro tribunal superior a divulgar a lista nominal de salários de todos os servidores, seguindo o exemplo do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O prazo dado pelo CNJ para o Poder se adequar à lei terminou ontem e mais de 80% dos tribunais do País não cumpriram.

Quase 500 pedidos de impugnação

O Ministério Público do Paraná (MP^{PR}) divulgou ontem o balanço parcial dos pedidos de impugnação de candidaturas aos cargos de vereador e prefeito protocolados pelas Promotorias Eleitorais. De acordo com levantamento da Coordenadora Eleitoral, foram registradas 491 ações em 50 dos 399 municípios, recebidas entre 16 e 19 deste mês. A Coordenadoria ainda depende das informações dos demais municípios para fechar o balanço das ações.

Em Curitiba, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), quatro dos seis pedidos de impugnação de candidaturas em tramitação foram protocolados pelo MP-PR. São três ações contra candidatos a vereadores e uma contra Carlos Moraes (PRTB), que concorre à prefeitura. Nesta última, o principal argumento para pedir a impugnação da campanha seria a dupla filiação do candidato. Nenhum dos quatro pedidos foi julgado pela Justiça Eleitoral ainda.

23 JUL 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Mais 30 dias

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Carlos Ayres Britto, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu o prazo para que os tribunais de Justiça do Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina tornem públicas as informações sobre os vencimentos e salários pagos aos magistrados e servidores. O prazo para a divulgação, estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e por decisões recentes do CNJ, terminaria a meia noite de sexta-feira.

Balanço parcial

A Coordenadoria Eleitoral do Ministério Público do Paraná (MP-PR), em análise parcial dos dados recebidos das Promotorias Eleitorais de todo o Estado, contabilizou 491 ações de impugnação de registros de candidatos às eleições municipais deste ano. Os dados, recebidos entre os dias 16 e 19 de julho, referem-se a ações ajuizadas somente pelo MP-PR. Os dados parciais correspondem a números obtidos em 50 dos 399 municípios do Paraná.